



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

CLÉBIO PEREIRA DE MELO

**“#VazaJato”: os indicadores de transparência editorial nas reportagens da
série jornalística do *The Intercept Brasil***

**JOÃO PESSOA – PB
2022**

CLÉBIO PEREIRA DE MELO

“#VazaJato”: os indicadores de transparência editorial nas reportagens da
série jornalística do *The Intercept Brasil*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre** em Jornalismo, na área de concentração **Produção Jornalística** e na Linha de Pesquisa **Processos, Práticas e Produtos**.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Sandra Regina Moura

JOÃO PESSOA – PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M528v Melo, Clébio Pereira de.

"#VazaJato" : os indicadores de transparência editorial nas reportagens da série jornalística do The Intercept Brasil / Clébio Pereira de Melo. - João Pessoa, 2022.

95 f. : il.

Orientação: Sandra Regina Moura.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo. 2. Transparência. 3. Vaza Jato. 4. Lava Jato. 5. The Intercept Brasil. I. Moura, Sandra Regina. II. Título.

UFPB/BC

CDU 070(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO | PPJ



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2022, às 14 horas, foi realizada, por videoconferência, através da plataforma Google Meet®, pelo endereço eletrônico <http://meet.google.com/ouu-agce-cns>, em sessão pública, Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) **CLÉBIO PEREIRA DE MELO**, sob a matrícula **20201001402**, cuja pesquisa intitula-se “**#VazaJato**”: os indicadores de transparência editorial nas reportagens da série jornalística do **The Intercept Brasil**”, para obtenção do título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

AVALIAÇÃO:

(X) Aprovado(a) () Reprovado(a) () Insuficiente

As observações sobre o trabalho acadêmico encontram-se no verso desta ata.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sandra Regina Moura

Prof(a). Dr(a). Sandra Regina Moura
Presidente

Laerte José Cerqueira da Silva
Prof(a). Dr(a). Laerte José Cerqueira da Silva
Examinador(a) Interno(a)

Elane Gomes da Silva Oliveira
Prof(a). Dr(a). Elane Gomes da Silva
Examinador(a) Externo(a) ao Programa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO | PPJ



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OBSERVAÇÕES: Trabalho aprovado, com as sugestões da banca.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sandra Regina Moura

Prof(a). Dr(a). Sandra Regina Moura
Presidente

Laerte José Cerqueira da Silva
Prof(a). Dr(a). Laerte José Cerqueira da Silva
Examinador(a) Interno(a)

Elane Gomes da Silva Oliveira
Prof(a). Dr(a). Elane Gomes da Silva
Examinador(a) Externo(a) ao Programa

Dedico esta pesquisa aos que nunca deixaram de acreditar no jornalismo como ferramenta indispensável à civilidade, à democracia, à transformação positiva e à justiça social.

AGRADECIMENTOS

"Testemunha ocular da História" (bordão do Repórter Esso). Todos fomos, todos ainda somos. Quem imaginou que testemunharíamos um ciclo tão severo? 2020-2021 foi cruel, testou nossa saúde mental, mas nos fez experimentar o gosto do desapego de qualquer noção de controle que achávamos que tínhamos. "Ninguém disse que seria fácil" (*The Scientist*, da Coldplay). Não foi. Mas, é o olho da gente que determina o que destacar. E cabe mais do que a pandemia da covid-19, certamente.

Nesse período, celebrei a conquista de voltar a morar em Campina Grande - PB, cidade que conquistou um lugar privilegiado no meu coração. Estiquei o passo ao máximo e comprei meu lar aqui. Gasto horas montando mentalmente os espaços dele, enquanto cuido de dissertar. Também iniciei o mestrado em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (PPJ), fruto do incentivo da amiga - e colega de turma - Gilmara Dias e de outra grande amiga, Elane Gomes. Conheci gente nova, de idade e de experiência de vida. Ainda que colegas virtuais, a vida humana só faz sentido na coletividade. Foi on-line, era o que tinha no momento. Mas, foi ótimo.

Meus agradecimentos vão a Deus (ou ao Universo, como tenho preferido me reportar), a minha força e resiliência, ao companheiro João Lucas, aos amigos, colegas de faculdade e professores que me ajudaram neste trabalho, como Laerte Cerqueira, verdadeiro farol. A Skarllety Fernandes, que me clareou no início do TCC. E a minha orientadora, Sandra Moura, pela flexibilidade e humanidade com as quais entendeu meus processos íntimos, sem necessidade de grandes explicações. Como dizia sempre aos meus colegas de turma: Gratuluz!

A minha família, pelo apoio e confiança de sempre. A minha vó Lourdes (*in memoriam*), que me abrigou em sua casa entre 2005 e 2008, quando cursava graduação em jornalismo na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Esse tempo deu início a um período de cura de nossa relação. Que bom que tivemos tempo para viver isso! Descanse em paz, vó! E obrigado por isso.

Por fim, ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB), instituição onde trabalho como servidor público jornalista desde 2016. Foi lá que encontrei um ambiente digno de trabalho, com condições e incentivos amplos para o constante aperfeiçoamento pessoal e profissional. Durante esse mestrado, inclusive, fui beneficiado até com bolsa de estudo pelo Programa de Incentivo

à Qualificação do Servidor (PIQIFPB). Quem dera tivesse tido esse suporte todo nas empresas privadas por onde passei.

Note-se desde já que transparente não se diz do corpo que exhibe integralmente ao olhar, mas do corpo que não impede que o olhar passe através dele e vislumbre outros corpos que, caso fosse opaco, esconderia.

**Wilson Gomes, Paula Karini Amorim e
Maria Paula Almada (2018)**

RESUMO

Esta pesquisa investiga como a transparência tem sido aplicada ao jornalismo e como a agência de notícias na internet *The Intercept Brasil* (*TIB*) fez uso dela na série de reportagens “#VazaJato”, que revelou ao Brasil transgressões de integrantes do Ministério Público Federal (MPF) e de um juiz durante as investigações de esquemas de corrupção na maior empresa pública brasileira, envolvendo figuras públicas de destaque na política nacional (Operação e Força-tarefa Lava Jato). Para esses objetivos, discutimos algumas das crises pelas quais passa o jornalismo nessas primeiras décadas do século XXI e o conceito de transparência em diversos âmbitos da vida social, incluindo quando seu uso é negativo. Como método, foi aplicada a análise de conteúdo (BARDIN, 1979) para elencar, a partir do conceito proposto por Christofolletti e Becker (2020), quais os indicadores de transparência podem ser identificados na série do *TIB*. O *corpus* deste estudo é composto por 29 textos predominantemente informativos que foram produzidos e publicados originalmente pelo *The Intercept Brasil*. Identificamos que o veículo usou recursos relacionados à transparência, sobretudo, para contrapor acusações de manipulação de conteúdo e contextos. O *TIB* dividiu o método empregado em apurações e os princípios norteadores entre reportagens e editoriais, principalmente.

Palavras-chave: Jornalismo; transparência; Vaza Jato; Lava Jato, The Intercept Brasil.

ABSTRACT

This research investigates how transparency has been applied to journalism and how the internet news agency The Intercept Brasil (TIB) made use of it in the series of reports “#VazaJato”, which revealed to Brazil the transgressions of members of the Federal Public Ministry and a judge during investigations of corruption schemes in the largest Brazilian public company, involving prominent public figures in national politics (Operation and CarWash Task Force). For these purposes, we discuss some of the crises that journalism is going through in these first decades of the 21st century and the concept of transparency in different areas of social life, including when its use is negative. As a method, content analysis (BARDIN, 1979) was applied to list, based on the concept proposed by Christofolletti and Becker (2020), which transparency indicators can be identified in the TIB series. The *corpus* of this study consists of 29 predominantly informative texts that were originally produced and published by The Intercept Brasil. We identified that the site used resources related to transparency, above all, to counter accusations of manipulation of content and contexts. TIB divided the method used in investigations and the guiding principles between reports and editorials, mainly.

Keywords: Journalism; transparency; Vaza Jato; Car Wash, The Intercept Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A desordem informacional.....	17
Figura 2 - Sistema de Indicadores de Credibilidade.....	26
Figura 3 - Página inicial de perfil de usuário no Facebook.....	30
Figura 4 - Balanço final da Operação e força-tarefa da Lava Jato.....	35
Figura 5 - Capas da revista VEJA enaltecendo Sérgio Moro.....	46
Figura 6 - Identificação de autoria no início das reportagens.....	63
Figura 7 - Contato com os autores ao fim das reportagens.....	63
Figura 8 - Arte gráfica do TIB para representar os chats originais.....	66
Figura 9 - Documento de investigação sigilosa ao qual procuradores tiveram acesso sem permissão oficial.....	69
Figura 10 - Vídeo da NeoWay, empresa investigada, em que aparece Deltan.....	70
Figura 11 - Nota de correção e atualização da série.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ficha de análise.....	53
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Confiança nas fontes de informação.....	16
Gráfico 2 - Divisão dos textos entre predominantemente opinativos ou predominantemente informativos.....	58
Gráfico 3 - Composição da identificação da autoria das reportagens.....	62
Gráfico 4 - “Houve descrição de método(s) jornalístico(s) e/ou decisão(ões) editorial(ais)?”.....	65
Gráfico 5 - Seção sobre fontes primárias da análise.....	67
Gráfico 6 - Notas dos editores.....	71

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TIB	The Intercept Brasil
MPF	Ministério Público Federal
AC	Análise de Conteúdo
STF	Supremo Tribunal Federal
ONGs	Organizações Não-Governamentais
CGU	Controladoria-Geral da União
EUA	Estados Unidos da América
PF	Polícia Federal
Gaeco	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
PT	Partido dos Trabalhadores
NSA	Agência de Segurança Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 JORNALISMO EM CRISE(S)	9
1.1 Crise do dinheiro e do modelo de negócio.....	11
1.2 Crise de credibilidade.....	13
2 O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.....	20
2.1 A transparência no jornalismo.....	23
2.2 Prós e contras.....	27
2.3 Limites e dificuldades da transparência.....	29
3 “#VAZAJATO”: O JORNALISMO BRASILEIRO DIANTE DO ESPELHO.....	33
3.1 O <i>The Intercept</i>	38
3.2 “#VazaJato”	42
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
4.1 Descrição detalhada das unidades de análise.....	53
5 ANÁLISES.....	56
5.1 Transparência na “#VazaJato”.....	60
5.1.1 Identificação da matéria.....	62
5.1.2 Abertura de rotinas.....	64
5.1.3 Fontes primárias.....	67
5.1.4 Notas dos editores.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

“Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade”. A frase, atribuída a George Orwell, pseudônimo do escritor Eric Arthur Blair, foi proferida, na verdade, pelo empresário americano do ramo editorial William Randolph Hearst¹. Discussões sobre a paternidade da máxima à parte, ela é um dos indicativos mais lembrados da relação que o jornalismo cultiva com a transparência. Pelo menos a externa, quando envolve outros atores que não os jornalistas.

Ao publicar o que os poderosos, sobretudo, pretendem esconder por meios e para objetivos, no mínimo, suspeitos, o jornalismo age de acordo com a acepção mais básica da transparência: retira algo que considera importante da escuridão, proporcionando a isso visibilidade. Ao se debruçar sobre uma denúncia de desvio de dinheiro público, por exemplo, o profissional jornalista busca conhecer o caminho percorrido pelo montante até determinado destino e narra essa investigação para seus públicos com riqueza de detalhes. A transparência enquanto função social do jornalismo é uma das dimensões que conhecemos. Outra é quando a transparência é usada como ferramenta do próprio jornalismo para reforçar sua credibilidade, que é a que evidenciaremos neste trabalho.

Para cumprir seu papel social, o jornalismo até abre mão de alguns de seus limites. Em 2019, a autointitulada agência de notícias² na internet *The Intercept Brasil*, também identificada neste trabalho como *TIB*, publicou uma série de reportagens denominada “#VazaJato³”, na qual apontou o que seriam desvios éticos e legais de membros do Ministério Público Federal (MPF) e do Poder Judiciário durante investigações sobre corrupção. Uma das características mais marcantes do material levado a conhecimento público foi a descrição, em determinadas peças, dos bastidores da apuração jornalística.

¹ Ver “George Orwell criou frase sobre jornalismo e publicidade #boato”. Disponível em: <https://www.boatos.org/entretenimento/frase-atribuida-erradamente-george-orwell-circula-pela-web.html>. Acesso em: 22 ja. 2022.

² Aguiar (2016, p. 37) diz que agências de notícias são “distribuidoras de informação em massa para os meios de comunicação, tanto em âmbito interno (nacional) quanto externo (internacional)”. Diante disso, não enxergamos o *TIB* como tal. Entretanto, trataremos, neste trabalho, como o veículo se anuncia.

³ Na série, o *The Intercept Brasil* adota tanto o título “Vaza Jato” quanto o “#VazaJato” (com o símbolo da *hashtag*). Aqui, optaremos por utilizar o segundo por ele representar mais proximidade com a identidade visual das reportagens.

À época, ao conteúdo e a seus autores foram dirigidas críticas e suspeitas sobre a veracidade dos fatos reportados.

O questionamento do trabalho da imprensa e o que isso provoca de mais grave nas sociedades podem ser combatidos com a ajuda dessa cultura da transparência. Agora, até onde isso funciona é uma questão em aberto ainda. É por isso que optamos por iniciar essa pesquisa com o primeiro capítulo abordando algumas das principais crises pelas quais passa o jornalismo no mundo, quais sejam: financeira e de credibilidade. Ambas se retroalimentam, deixando esse campo frágil e suscetível a ataques.

A partir dessa contextualização, no capítulo 2, mergulharemos no que os autores denominam de transparência editorial ou transparência jornalística. De exigência no trato com a coisa pública, onde associamos com mais frequência, a transparência passou a fazer parte de outros âmbitos na sociedade e o jornalismo não ficou de fora. Cada vez mais, o público deseja entender os processos jornalísticos por detrás das notícias divulgadas e até já apreendeu alguns desses caminhos. Fausto Neto (2011) apontou algumas transformações pelas quais passa o jornalismo numa sociedade em midiatização. Segundo ele, o “modo de dizer” e de fazer do jornalismo já foi apropriado por outros atores e instituições, o que, aos olhos do autor, enfraquece o campo social jornalístico. Especialistas de outras áreas disputam espaço dentro do jornalismo, alterando suas regras ou criando novas sobre o que forma um acontecimento e como, a partir dele, as notícias são produzidas.

Como esse princípio partiu de outras áreas e chegou na prática profissional de jornalistas e nas rotinas das empresas de comunicação? Brenol (2020, p. 7) fala que a transparência é “um valor democrático caro às sociedades contemporâneas”. Não só ao jornalismo, portanto. Esse segundo capítulo ainda abordará as armadilhas escondidas por trás do discurso e da prática da transparência. Estudá-la no jornalismo se justifica por vários motivos, entre eles a incipiente produção acadêmica acerca do tema e a necessidade de estabelecer alguns prós e contras no seu uso pelas mídias jornalísticas.

Caberá ao terceiro capítulo situar o momento histórico e político-social no Brasil quando do surgimento da operação e da força-tarefa da Lava Jato no combate à corrupção. À época, em 2014, a polarização no ambiente da internet se intensificava durante uma das

eleições presidenciais mais disputadas da história recente do país⁴. Por anos, o trabalho de agentes do Ministério Público Federal e do judiciário foi tratado sem grandes questionamentos pelos veículos da imprensa brasileira. A força-tarefa ganhou ares de salvadora da pátria até no exterior. Servidores públicos ficaram famosos e receberam amplos espaços na mídia e juízes sentiram-se à vontade para manifestar opiniões sobre processos que julgavam ou sabidamente julgariam. Mas, em meados de 2019, tudo mudou.

A série “#VazaJato” expôs os bastidores da força-tarefa e seus principais agentes e sacudiu as instituições no Brasil. A imprensa também sentiu os tremores. Encabeçada por um veículo fora do circuito tradicional no jornalismo do país, o *The Intercept*, ela foi resultado de uma movimentação um tanto incomum nas grandes coberturas da imprensa, a começar pelo consórcio criado para exploração e divulgação do conteúdo bruto que o *TIB* recebeu e pela narração que misturava fatos principais com descrição de rotinas jornalísticas.

Esses aspectos nos ajudaram a escolher a série como nosso objeto de estudo. O foco, descrito com mais profundidade no capítulo 4, serão os conteúdos veiculados nos anos de 2019 e 2020 originalmente no site, com o objetivo principal de mapear quais os mecanismos de transparência foram utilizados pelo *TIB* nas produções predominantemente noticiosas. O conceito de transparência que aplicamos foi o proposto por Christofolletti e Becker (2020), que associa a transparência no jornalismo com medidas que explicam ao público como o trabalho da imprensa acontece. A metodologia empregada para a captação e análise dos dados será a Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bardin (1979). Ela nos permitirá agrupar os indicadores em categorias que, por sua vez, nos ajudarão a entender a estratégia do *TIB* para captar a atenção e a confiança da sociedade brasileira acerca de uma das coberturas jornalísticas recentes mais importantes da nação. Os resultados identificados serão descritos no quinto capítulo.

Finalizaremos este trabalho com nossas considerações sobre como a transparência foi utilizada na série e como a prática pode ser útil ou não para reforçar o efeito de credibilidade do jornalismo.

⁴ Ver “Retrospectiva 2014: 15 momentos para recordar” (EBC, 22/12/14). Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/2014/12/retrospectiva-15-momentos-para-se-recordar-em-2014>. Acesso em: 12 abr. 2021.

1 JORNALISMO EM CRISE(S)

Em junho de 2009, uma decisão do Poder Judiciário deixou jornalistas brasileiros atônitos e inseguros sobre o futuro que se desenhava. Tratava-se do fim da exigência do diploma para o exercício da profissão no país, pedido feito pelo Ministério Público Federal e o sindicato de empresas de comunicação do estado de São Paulo, sob a justificativa de que o diploma como pré-requisito para atuar profissionalmente como jornalista não estava previsto na Constituição Federal de 1988. A argumentação citava, principalmente, o direito à liberdade de expressão, que seria tolhida pela obrigatoriedade do certificado.

Poderíamos considerar que a decisão judicial anteciparia, para o jornalismo, um futuro previsto pela socióloga americana Marie Haug (1914-2001), a quem é atribuída a tese da desprofissionalização.

Fundamentalmente, o argumento é de que as profissões estão perdendo sua posição de prestígio e confiança. O monopólio sobre um corpo de conhecimento, a imagem pública positiva, o poder de estabelecer suas próprias regras, estas características, na opinião da autora, estão desaparecendo e, como resultado, a autoridade profissional está erodindo. (MENEGETTI, 2009, p. 21-22)

Para a categoria de jornalistas, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) foi um grande impacto, mas está longe de ser a única ameaça ao jornalismo no Brasil do fim do século XX para cá.

Tendo como comissão de frente a dimensão financeira, os desafios se ampliam e se somam, gerando um ambiente ainda mais desolador. O professor e pesquisador brasileiro Rogério Christofolletti fala em uma crise de múltiplas faces. “O jornalismo está em uma crise diferente de todas as que já teve. Não é só financeira, mas política, ética, de credibilidade, de governança” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2019). Some-se a esses aspectos, outros tantos. Vasconcelos (2021) adiciona outros distúrbios, como de circulação, de atenção, de deferência, de desinformação, do trabalho, etc. Para este estudo, optamos por dissertar sobre as dimensões da crise que consideramos mais evidentes e pertinentes para o entendimento do contexto no qual está inserido nosso objeto, bem como por serem estes geradores de outros aspectos do problema.

A face da crise virada para o dinheiro é destaque porque mexe com padrões e empregados – em graus diferentes, claro. Muito se fala sobre a extinção de revistas e jornais impressos, da queda considerável na audiência da tevê, dos “passaralhos”⁵ sem fim na imprensa, da fuga de publicidade dos meios tradicionais para os nativos da internet, entre outros. Mas, como lembra Christofoletti (2019), os sintomas não podem ser confundidos com o que causa a doença. Nem se deve focar neles com medidas paliativas, pois o retardo no tratamento agrava o desequilíbrio, aprofundando-o.

A internet, por exemplo, já foi apontada como a grande vilã dos meios tradicionais/hegemônicos da imprensa no Brasil, porque gerou novas alternativas de produção e circulação do jornalismo, ajudando a estabelecer uma crise no modelo de negócio. Ela surgiu nos Estados Unidos em 1969 para servir ao mundo acadêmico, interligando laboratórios de pesquisas e instituições de ensino durante a Guerra Fria⁶ (1947-1989). Somente no começo da década de 1990 é que passou a ser explorada comercialmente e, portanto, tornou-se acessível aos cidadãos comuns. O desenvolvimento da *World Wide Web*⁷ ajudou a popularizar o novo meio e favoreceu o crescimento da internet de forma rápida e abrangente.

A nova era da comunicação abriu incontáveis possibilidades para os mais variados campos do conhecimento e o jornalismo tratou de aproveitar o espaço, preparando-se com antecedência. “A breve história do Webjornalismo tem sua origem numa fase anterior, que prepara as bases para a passagem do impresso para a *Web*, tendo no processo de informatização das redações o primeiro passo” (DALMONTE, 2009, p. 121). O jornalismo on-line ingressou na grande rede com versões digitais de conteúdos impressos e não demorou muito para o surgimento de veículos nativos.

Juntamente com a internet veio o já conhecido receio de que a novidade substituísse o que já estava posto. Foi assim quando o rádio e a televisão apareceram também, “ameaçando” os meios anteriores. Uma característica em especial do webjornalismo, em parte, até justifica o medo: a multimedialidade, que superaria a ideia

⁵ Termo conhecido nas redações, utilizado para descrever demissões em massa de jornalistas e outros profissionais ligados ao trabalho jornalístico profissional.

⁶ Período de tensão geopolítica mundial protagonizada pela rivalidade entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS).

⁷ “World Wide Web, o famoso WWW, é um sistema de documentos dispostos na Internet que permitem o acesso às informações apresentadas no formato de hipertexto.” Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/web/759-o-que-e-world-wide-web-.htm>. Acesso em: 13 dez. 2021.

da junção de texto, sons e imagens, apenas. (SALAVERRÍA, 2014). Para o autor, três são as principais acepções para o termo multimídia:

1. multiplataforma – quando meios de comunicação diferentes interagem para um resultado em comum;
2. polivalência – voltado para descrever o jornalista que trabalha em várias frentes, mesclando saberes; profissional multifacetado;
3. e combinação de linguagens – quando formatos diversos harmonizam-se para, no jornalismo, relatar um fato (texto, sons, imagens, etc.).

A revolução causada pela internet, diferentemente da invenção do rádio e da tevê, foi capaz de abalar as estruturas dos meios impressos de jornalismo, como os jornais. Mas, sua grande mão conseguiu tocar outras estruturas das quais o jornalismo faz uso.

1.1 Crise do dinheiro e do modelo de negócio

Uma das principais fontes de sustentação do jornalismo e das empresas de comunicação, historicamente, é a publicidade. A relação de confiança e respeito entre veículos e seus públicos é utilizada pelas empresas de diversos ramos da economia para fortalecer marcas, vender produtos e serviços, ampliar o número de consumidores e, conseqüentemente, o lucro. O poder público também se aproveita da penetração social dos *media*⁸ para a divulgação de ações e campanhas que necessitam de aprovação/adesão da população. Até hoje, jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão cobram caro pelos espaços de maior audiência. Assim, divulgações em capas das publicações impressas ou em horários nobres⁹ do rádio e da televisão são mais valiosos do que outros.

À medida que a internet se popularizou, trouxe consigo um ambiente ideal para a descentralização das verbas da publicidade e os veículos tradicionais da imprensa sentiram a escassez de dinheiro. Há outra característica do meio e que também contribui para a debandada de recursos da imprensa tradicional¹⁰. “A personalização de experiências informativas pode apresentar várias formas e extensões, sendo a mais habitual deixar o utilizador selecionar os temas mais relevantes para a criação de uma

⁸ Meios de comunicação.

⁹ Faixas de horário de grande audiência.

¹⁰ Aqui entendida como a imprensa formada pelos veículos não nativos da internet, como emissoras de TV e rádio, jornais, revistas, etc.

página com base em preferências pessoais” (LORENZ, 2014, p. 140). A internet também barateou os custos das publicidades ao mesmo tempo em que a tornou mais eficaz, fazendo surgir concorrentes de peso aos veículos tradicionais. Mas, a resistência às novas forças da mídia tratou de se organizar.

Uma frente de batalha que explodiu no começo da década de 2020 se posiciona diante das onipresentes *big techs*, como são chamadas as grandes empresas de tecnologia que dominam a internet, a exemplo de *Google* e *Facebook*¹¹. Ambas, por sinal, constituem grupos de plataformas com usuários aos bilhões! Elas também contribuem para a fragilidade financeira do jornalismo atual, além de serem apontadas na interferência de outros aspectos mais amplos das sociedades. Alguns países, como Austrália¹² e Estados Unidos, já avançam nas discussões e legislação para que editores de notícias negociem receber um pagamento para que seus conteúdos sejam distribuídos pelas *big techs*.

A internet permitiu a introdução de produtos noticiosos mais simplificados (pelo menos inicialmente) e mais baratos, ou muitas vezes gratuitos, o que desestabilizou as empresas tradicionais de jornalismo, além da reprodução, em outros sites, das notícias dos jornais tradicionais. O aumento na gama de locais onde era possível anunciar um produto também virou de cabeça para baixo o tradicional modelo de negócios da maior parte das empresas jornalísticas de se financiar principalmente por anúncios e, secundariamente, por assinaturas. Com a concorrência, os preços tiveram que baixar [...] (MAURÍCIO, 2018, p. 43)

Costa (2014) lembra que, no modelo tradicional da imprensa no Brasil, toda a cadeia que compreende produção de conteúdo, manejo técnico de equipamentos e distribuição está sob a responsabilidade da própria indústria midiática. “Ela contrata os produtores de conteúdo. Ela compra ou mantém os sistemas de impressão e de emissão do sinal. Ela cuida da distribuição (...)” (COSTA, 2014, p. 56). Outra mudança diz respeito ao local de trabalho do profissional. “O que o jornalismo é e o que é ser um jornalista pode ser entendido tanto em termos ideológicos quanto praxeológicos e não são mais dependentes do trabalho realizado dentro de instituições” (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 10).

¹¹ Em 31 de outubro de 2021, o nome da empresa *Facebook* foi alterado para *Meta*.

¹² Ver: “Google, Facebook e outros: big techs devem financiar o jornalismo, diz Microsoft”. Disponível em: <https://tecnologia.ig.com.br/2021-03-15/google-e-facebook-big-techs-devem-financiar-o-jornalismo-diz-microsoft.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Diante de uma nova realidade, a digital, o jornalismo tradicional se mantém lucrativo fazendo “puxadinhos” como o corte de profissionais, a sobrecarga de trabalho dos que permanecem, a redução de custos operacionais (energia, telefone, impressão em papel, etc.), entre outros. Enquanto isso, demora a se repensar enquanto negócio.

Vasconcelos (2021) conclui que, quando o centro do jornalismo migra do social para o econômico, nesse contexto digital, o enfraquecimento do campo ganha um reforço.

A redação é invadida pelo negócio, mas o negócio não é invadido pela redação. Quando se fecha atrás de um muro um conteúdo que é vital para a vida em sociedade, se privilegia a função econômica do jornalismo em detrimento de sua função social. Por mais que os muros sejam derrubados para reportagens sobre o coronavírus, como ocorreu em diversos jornais pelo mundo, o relacionamento entre audiência e jornalismo já está minado pela experiência de querer saber, querer dedicar atenção e encontrar, no caminho, um muro no lugar do conteúdo [...] (VASCONCELOS, 2021, p. 304)

Esse muro de que fala Vasconcelos (2021) é chamado de *paywall*, aquela janela de oferta de assinatura ou pagamento para acessar determinados conteúdos.

Para Christofolletti (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2019), no caso brasileiro, há de se considerar outros fatores que se relacionam em maior ou menor grau com as crises. “A indústria brasileira tem particularidades, sim, e a estrutura de oligopólios no setor, um comportamento temerário do empresariado em inovar e a falta de unidade dos profissionais contribuem para uma configuração distinta”.

1.2 Crise de credibilidade

Financeiramente mais fraco, o jornalismo vê aumentar as dificuldades para desempenhar suas funções num mundo que muda muito e rápido. Para tornar público o registro de um acidente de trânsito de grandes proporções, a logística que uma empresa de comunicação precisa fazer é infinitas vezes maior do que a ação de um cidadão perto do local que fotografa, grava vídeos e até transmite ao vivo o mesmo fato usando um *smartphone* e postando nas redes sociais digitais, acessíveis de forma gratuita a bilhões de pessoas no mundo. Para circular, fatos de interesse público não precisam mais necessariamente de grandes investimentos em pessoal e tecnologia por parte da imprensa.

Não bastassem as dificuldades financeiras, o jornalismo também enfrenta outros fenômenos típicos da sociedade hiperconectada. Juntos, eles constituem uma fórmula

perigosa que, ao fim, faz com que as pessoas desconfiem dos conteúdos publicados pela imprensa conhecidamente confiável.

Como principal valor do jornalismo (BERGER, 1996), a credibilidade, quando ameaçada, coloca em risco não só um campo de conhecimento, mas a macroestrutura que sustenta uma democracia como a brasileira. Sociedades democráticas precisam da imprensa para o exercício do dever de fiscalizar e cobrar do poder público e de seus agentes. “A imprensa funciona como um guardião, tira as pessoas da letargia e oferece uma voz aos esquecidos”, lembram Kovach e Rosenstiel (2003, p. 31). Dada essa importância, não é de se estranhar que o conceito de credibilidade abarque outros tantos, igualmente imprescindíveis. Lisboa e Benetti (2017) afirmam que o debate sobre o que significa a credibilidade é complexo. Adicionamos que é, também, profundo. Para as autoras, ela “está diretamente relacionada à confiança” (LISBOA; BENETTI, 2017, p. 11). Outros autores lançam sobre o conceito o questionamento se confiança e credibilidade não seriam sinônimos. “Afinal, prestígio, notoriedade, confiabilidade são fatores que, se não são a mesma coisa, ao menos circundam o que geralmente é apontado como um imprescindível capital para jornalistas e meios de comunicação: credibilidade” (CHRISTOFOLETTI; LAUX, 2008, p. 31).

Alsina (1989) lembra que a construção da realidade pelos meios de comunicação deve levar em conta a interação com a audiência, que reconhece o jornalismo, historicamente, como campo competente para dar sentido a acontecimentos. O autor chama isso de “contrato fiduciário”. “Esse contrato é baseado em atitudes epistêmicas coletivas que foram forjadas pela implementação do uso social da mídia como transmissora da realidade social de importância pública” (ALSINA, 1989, p. 22, tradução nossa¹³).

Lisboa e Benetti (2017) avançaram na tentativa de desenvolver um conceito mais claro sobre a credibilidade e propuseram uma abordagem oriunda da articulação entre jornalismo e filosofia: “a credibilidade se constrói como um predicado epistêmico, que está amparado em valores éticos e condicionado por fatores históricos, culturais e sociais” (LISBOA; BENETTI, 2017, p. 59). O conceito fica melhor esclarecido quando da divisão

¹³ Do original: “Este contrato se basa en unas actitudes epistémicas colectivas que se han ido forjando por la implantación del uso social de los medios de comunicación como transmisores de la realidad social de importancia pública.”

da credibilidade em dimensões distintas, quais sejam *credibilidade constituída* e *credibilidade percebida*.

A credibilidade constituída diz respeito ao perfil do enunciador (jornalista, veículo jornalístico ou o próprio jornalismo) e do quanto ele se aproxima das dimensões ideais e socialmente reconhecidas sobre o que torna um enunciador digno de confiança. Há também questões de natureza subjetiva que são de difícil mensuração, mas que não podem ser desprezadas porque impactam na percepção do que é um orador credível. Já a credibilidade percebida é resultado da avaliação que o leitor faz do jornalismo a partir de indicadores presentes na credibilidade constituída. (LISBOA; BENETTI, 2017, p. 58)

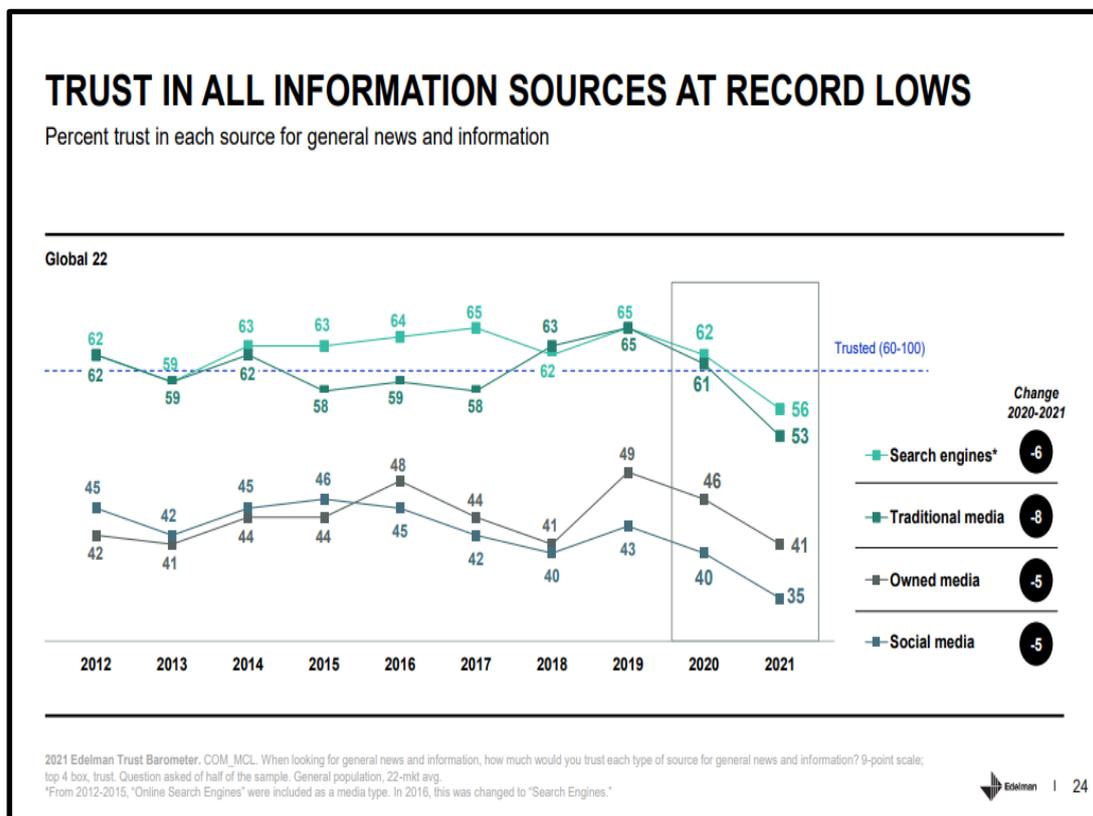
Para funcionar bem, ambas as partes precisam estar afinadas e não é o que temos observado recentemente, o que impacta diretamente no jornalismo enquanto instituição social (NETO, 2012).

A edição 2021¹⁴ do *Edelman¹⁵ Trust Barometer* – pesquisa que afigura a confiança das pessoas em Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas, governos e mídia desde 2001 – decretou que o período mais recente pode ser chamado de “falência da informação”. Isso porque seu Relatório Anual apresentou uma queda de oito pontos no índice que mede, no mundo, a confiança nas notícias divulgadas pela imprensa tradicional: de 61 para 53 numa escala que vai até 100. O número não era tão baixo assim desde 2012.

¹⁴ A sondagem foi realizada com mais de 33 mil entrevistados de 28 países entre 19 de outubro e 18 de novembro de 2020. Ver: https://www.edelman.com.br/sites/g/files/aatuss291/files/2021-03/2021%20Edelman%20Trust%20Barometer_Dados%20Globais.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

¹⁵ Agência global de comunicação.

Gráfico 1 - Confiança nas fontes de informação

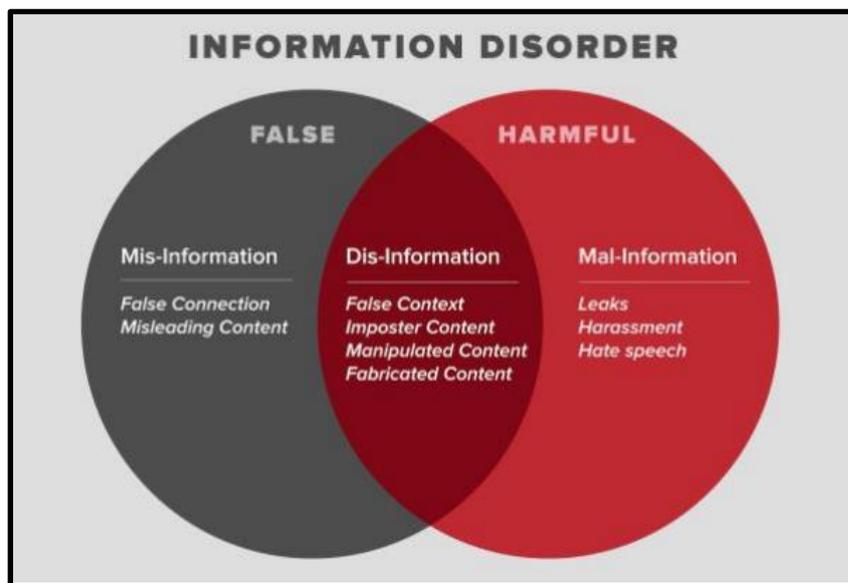


Fonte: 21ª Pesquisa Anual *Edelman Trust Barometer*

O cenário é coerente com o pintado pelo então jornalista e diretor do jornal mensal francês *Le Monde Diplomatique* – com edições em outros idiomas –, Ignacio Ramonet, em 2004. Para ele, as democracias ocidentais já viviam, à época, em “insegurança informacional” (MADEIRA, 2004). O novo conceito leva em conta que os veículos da imprensa também mentiriam, afetando o grau de confiabilidade no que é publicado pelos jornalistas.

A era digital também abriu espaço para o surgimento de cenários que ameaçam ainda mais a credibilidade jornalística no mundo. Wardle e Derakhshan (2017) falaram do ambiente de “desordem informacional”, que se apresenta com manifestações diferentes, conforme mostra o diagrama a seguir:

Figura 1 - A desordem informacional



Fonte: (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p.20)

Os estudiosos diferenciam os conceitos de informação errada (*Mis-Information*), desinformação (*Dis-Information*) e má-informação (*Mal-Information*) e afirmam que eles transitam entre dois grupos: o falso e o prejudicial/danoso.

Usando as dimensões de dano e falsidade, descrevemos as diferenças entre esses três tipos de informações: informação errada é quando uma informação falsa é compartilhada, mas não há intenção de causar danos; desinformação é quando uma informação falsa é compartilhada com a intenção de causar prejuízos; má-informação é quando uma informação verdadeira é compartilhada com a intenção de causar prejuízo, geralmente movendo informações destinadas a permanecer privadas para a esfera pública. (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p.5, tradução nossa¹⁶)

O fenômeno da desordem informacional pode ter relação com o que Filgueiras (2018) acredita. Segundo a autora, as pessoas que se informam pela internet, notadamente através das redes sociais digitais, se orientam pelo viés da confirmação, aquela tendência de reforçar crenças ou hipóteses pré-concebidas. Casad *apud* Gasque (2020) explica, assim, o fenômeno:

¹⁶ “Using the dimensions of harm and falseness, we describe the differences between these three types of information: Mis-information is when false information is shared, but no harm is meant; Dis-information is when false information is knowingly shared to cause harm; Mal-information is when genuine information is shared to cause harm, often by moving information designed to stay private into the public sphere.”

O “viés de confirmação”, também denominado viés confirmatório ou tendência de confirmação, diz respeito à tendência em lembrar, pesquisar e interpretar as informações de acordo com as crenças e hipóteses iniciais. Esta tendência na tomada de decisão é, em grande parte, não intencional. As crenças existentes podem incluir as expectativas de uma pessoa em relação à determinada situação, bem como previsões sobre um resultado específico. Isso ocorre, mais fortemente, quando as pessoas consideram o problema muito importante. Em oposição, as pessoas são mais capazes de processar informações racionalmente, dando peso igual a vários pontos de vista, se estiverem, emocionalmente, distantes do problema. (CASAD, 2016 apud GASQUE, 2020, p. 41-42).

Esse fenômeno psicológico traz características semelhantes às de outro: a pós-verdade, em que fatos objetivos têm menos peso na opinião pública do que crenças e convicções. O termo foi usado pela primeira vez em 1992, mas tornou-se popular em 2016 por causa do grande número de informações falsas circulando no ambiente da internet quando das eleições presidenciais americanas e do Brexit¹⁷. (DA COSTA; SILVA; LUCE, 2017). Os autores tratam a pós-verdade como um problema real, que não deve ser abordado como uma simples mentira.

[...] a construção da Pós-Verdade origina-se em espaços temporais onde se manifesta uma grande polarização de opiniões e grupos diferenciados de concepções, ambientes esses localizados nas mídias sociais, encontrando espaço e público com grande facilidade para se propagar e ganhar força. (DA COSTA; SILVA; LUCE, 2017, p. 284)

Numa outra publicação, Wardle (2020) trata a mesma desordem como “era de transtorno da informação”, associando o termo ao mundo digital e a poluição que nasce dele para o ecossistema informacional no planeta. Mas, a autora lembra que os conteúdos provocadores desse ambiente doente nem sempre são compostos por notícias. “São rumores à moda antiga, memes, vídeos manipulados, ‘anúncios micro-localizados’ hipersegmentados e fotos antigas compartilhadas novamente como se fossem novas” (WARDLE, 2020, p. 8). Por isso, Wardle evita o uso do termo *fake news*, constantemente alusivo a conteúdos da imprensa. Para a autora, o termo fracassa ao não capturar a complexidade dessa nova realidade. Afinal de contas, notícias não poderiam ser chamadas de mentirosas.

Destaque-se aqui, que no mundo das redes sociais digitais facilmente acessíveis, a oportunidade que qualquer pessoa tem de produzir e compartilhar conteúdos, além de

¹⁷ Termo oriundo da junção das palavras “British” e “exit” e que faz referência à saída do Reino Unido da União Europeia.

registrar e divulgar fatos pelos quais se deparam na rotina antes mesmo dos *media*, por si só, já cria um ambiente de competição com o jornalismo tradicional. O telespectador não precisa mais esperar pelo telejornal das 19h para saber o motivo da sua linha de ônibus estar demorando horas para passar no ponto. Uma olhada rápida na *timeline* do *Twitter* é capaz de resolver isso. Há, atualmente, uma dificuldade para separar o que são comunicador (amador) e jornalista profissional (VASCONCELOS, 2021). E isso é ruim para a autoridade/legitimidade do jornalismo numa sociedade.

Rangel (2004) explica que a necessidade da construção de um código específico que conferisse ao jornalismo autoridade veio de um movimento de separação dele com o campo literário.

Baseando-se em onipresença (está sempre onde a notícia acontece) e onisciência (conhecimento da “verdade” dos fatos), o jornalista fornece hoje ao seu público não mais a argumentação sobre a realidade, mas ousa oferecer a realidade, ela própria. Semantizado o real, busca que seu discurso não apenas construa realidades, mas que essa construção seja entendida como a realidade. Assim, o campo jornalístico incorporou para si um aspecto básico da comunicação: o poder. (RANGEL, 2004, p. 6)

A pesquisadora brinca com a imagem divina que o jornalismo constrói para si, de que escolhe qual realidade as pessoas devem tomar conhecimento. Mas, a essa altura, o cidadão já entende que, num jornal, não cabe tudo o que ele considera importante. De posse disso é que usa de outros meios para alimentar a fome que tem de saber tudo e saber rápido através de outras fontes.

Cabe adicionar aos impactos do ambiente questionador da internet e às crises das quais tratamos aqui, ações do próprio jornalismo profissional que tem poder para enfraquecer a imprensa, tais como: erros frequentes (ainda que corrigidos), posicionamentos político-ideológicos evidentes ou velados e a qualidade dos conteúdos, prejudicada por questões salariais, velocidade de apuração e pela exigência da polivalência do jornalista em face da redução das redações, entre outras causas.

Embora existam sugestões de saída desses cenários em estudo ou em andamento pelo mundo – sobre as quais falar não compõe nosso objetivo aqui – acreditamos que um enfrentamento mais substancial e uma mudança que faça sentido, alinhada à alma do jornalismo, levem tempo para se assentar.

2 O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

A gestão pública, talvez, tenha sido o campo de estudo no qual o debate sobre a transparência tenha encontrado terreno mais fértil. Geralmente, o termo tem sido utilizado com mais frequência para indicar a necessidade de governos democráticos divulgarem informações para públicos internos e externos. Trata-se de um princípio que se faz presente a partir de um conjunto de regras e ferramentas destinado às populações para um maior acesso a dados que envolvem gastos públicos. Assim, cria-se um ambiente adequado para que haja uma maior vigilância sobre quem gere esses recursos. No entendimento de De Carvalho (2015, p. 110), “admitem-se diversas interpretações do que possa ser a concretização aplicativa desse princípio, porém, o objetivo de evitar atividades sombrias à lei pode considerar-se um denominador comum a todas elas”.

De tanto que foi incentivado, o princípio parece ter sido bem assimilado, tanto pelos arcabouços legais como pelas pessoas. Nota-se um aumento constante da cobrança das populações sobre governos e os poderosos, o que tem feito surgir inúmeras ferramentas de controle das suas ações, de como os recursos públicos são empregados e, por que não dizer, que podem nos dar indicadores da honestidade dos gestores. De posse de informações claras, as pessoas podem, também, participar mais das decisões que impactam suas vidas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que uma gestão transparente tem como principais características o acesso às informações compreensíveis para todo cidadão e a abertura para sua participação no governo (controle social). No caso do Brasil, essa segunda característica é também um direito garantido legalmente. (CRUZ et al., 2012, p. 156)

Uma importante e conhecida ferramenta brasileira para a prática da transparência pública é o *Portal da Transparência*, criado em 2004 pela Controladoria-Geral da União (CGU). Por meio dele, as pessoas têm acesso a diversos dados da administração pública federal, tais como salários de servidores, benefícios sociais, faturas de cartões de crédito utilizados por órgãos e gestores, entre outras informações. Em 2018, o Portal foi atualizado e trouxe uma ampliação dos serviços: “(...) formas diversas de apresentação dos dados, mecanismo de busca integrado e intuitivo, melhor usabilidade, mais recursos

gráficos, integração com redes sociais, maior e melhor oferta de dados abertos, adequação a plataformas móveis, maior interatividade¹⁸”.

Nas palavras de Christofolletti e Becker (2020, p. 14), “As expressões mais comuns de transparência em um país são a existência de leis de acesso à informação e a proteção de denunciante”¹⁹. O *Portal da Transparência* também apresenta uma relação²⁰ de portarias, decretos e leis que tratam do assunto desde 2000, com a publicação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio daquele ano, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Mais tarde, em 2011, foi sancionada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro. A Lei de Acesso à Informação traz como uma de suas diretrizes no Art. 3º, inciso IV o “fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública” (BRASIL, 2011). Através dela, qualquer brasileiro poderá solicitar informações públicas de quaisquer poderes da União, de estados e do Distrito Federal e dos municípios. O sigilo dos dados públicos passaria a ser exceção, não a regra.

Para Zuccolotto e Teixeira (2019), essa associação de transparência e política nas sociedades democráticas remonta ao século XIX, tendo se generalizado a partir do século XX. Os autores falam em três fatores para essa demanda crescente: *i*) reivindicação moral fundamental; *ii*) medida forte contra a corrupção; e *iii*) seu efeito na confiança e na *accountability*²¹. Para Cruz *et al.* (2012), essa preocupação com a transparência na administração pública surgiu há pouco mais de meio século, na Inglaterra, e foi impulsionada pela preocupação de punir os políticos envolvidos em corrupção. Com dados à disposição para esse monitoramento social, em tese, os desvios éticos e legais de quem comanda a administração pública ficariam mais dificultados, uma vez que os olhos dos cidadãos estariam voltados aos atos das gestões.

A reforma administrativa inglesa, iniciada em 1979 no governo da então primeira-ministra Margaret Hilda Thatcher (1979-1990), também caminhou nessa direção de dar mais transparência à gestão pública. Foram desenvolvidos sistemas de informações

¹⁸ Extraído da página “O que é e como funciona”, do Portal da Transparência. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona#:~:text=Lan%C3%A7ado%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Transpar%C3%Aancia,%C3%A0%20gest%C3%A3o%20p%C3%ABlica%20do%20Brasil>. Acesso em: 11 mai. 2021.

¹⁹ Trecho original, em espanhol: “Las expresiones más comunes de transparencia en un país son la existencia de leyes de acceso a la información y la protección de los whistleblowers”.

²⁰ Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/legislacao>. Acesso em: 11 mai. 2021.

²¹ *Accountability* aqui entendida como responsabilidade de prestar contas à sociedade.

gerenciais considerados inovadores e que foram sendo ampliados ao longo do tempo para conferir mais abrangência às informações.

Em 1982, o governo anunciou o *Financial Management Initiative* (FMI) para cobrir todos os departamentos. Essa iniciativa representou a integração entre o MINIS e o MAXIS em escala ampliada. Os objetivos do FMI eram: 1) fornecer uma visão clara das metas e meios para alcançá-las, medindo os resultados parciais sempre que possível; 2) definir responsabilidades para uma melhor utilização dos recursos, incluindo avaliações sobre os valores acrescentados por cada processo; 3) garantir o acesso à informação, principalmente em relação a custos e ao treinamento necessário para o exercício efetivo das responsabilidades. (MACEDO; ALVES, 1997, p. 66-67)

Christofolletti e Becker (2020) também apontam para a década de 1980 como sendo o marco do início do empenho das sociedades por mais transparência dos poderosos.

Vários autores versaram sobre essa exigência atual. Vivemos na “era da transparência” (SIFRY, 2011), na qual novas gerações contemporâneas da internet brigam contra a opacidade de sistemas mais antigos. Para exemplificar, Sifry (2011) toma as campanhas eleitorais nos Estados Unidos, nas quais vem se reduzindo a distância entre candidatos e o eleitorado a ser atingido com a ajuda da *web*.

A mudança não vem apenas de campanhas e outras organizações ou figuras que se abrem de cima para baixo. Ela também está sendo criada de baixo para cima, pois literalmente carregamos no bolso e no colo a capacidade de nos conectar e colaborar diretamente uns com os outros, sem a necessidade de permissão das pessoas anteriormente conhecidas como autoridades. E quando você combina conectividade com transparência – a capacidade de mais pessoas verem, compartilharem e moldarem o que está acontecendo ao seu redor – o resultado é um grande aumento na energia social, que está sendo canalizada em todos os tipos de direções. (SIFRY, 2011, p. 42, tradução nossa²²)

Byung-Chul Han (2017) também fala das mudanças que a internet trouxe para as relações sociais, na denominada por ele “sociedade da transparência”. Segundo o autor, estamos sendo moldados à rejeição a tudo o que é considerado negativo e nos

²² Trecho original, em inglês: “The change isn’t only coming from campaigns and other organizations or figures opening themselves up from the top down. It’s also being created from the bottom up, as we literally carry in our pockets and on our laps the ability to connect and collaborate directly with each other, without requiring permission from the people formerly known as the authorities. And when you combine connectivity with transparency - the ability for more people to see, share, and shape what is going on around them - the result is a huge increase in social energy, which is being channeled in all kinds of directions.”

homogeneizando enquanto pessoas. Entre as consequências disso – e que, a nosso ver, também se constituem em características dessa sociedade – estariam o excesso de superficialidade e de exposição. “Tudo deve tornar-se visível; o imperativo da transparência coloca em suspeita tudo o que não se submete à visibilidade” (HAN, 2017, p. 35). É como se estivéssemos em busca por mais informações e transparência para suprimos nossas desconfianças sobre tudo e todos. Queremos a “verdade” escancarada, sem dificuldade de acesso a ela.

2.1 A transparência no jornalismo

O cânion conceitual, esse abismo que nos impede de enxergar clareza o que seria a transparência editorial, nos permite associar práticas históricas do jornalismo à transparência, o que nos leva a uma linha de pensamento de que a adoção da prática não é lá tão recente nos meios de comunicação. A separação dos espaços nos jornais impressos para notícias, propagandas e artigos de opinião, com as devidas justificativas ao público, por exemplo, podem ser consideradas iniciativas transparentes. Quando um veículo se posiciona diante de um fato relevante por meio de um editorial, também. Comumente, até as notas de contato com citados em reportagens na televisão se relacionam com a transparência.

Em 2008, a emissora de televisão brasileira *Globo* estreou um formato de programa jornalístico, até então, inovador para o grande público do país. O *Profissão Repórter*²³ foi ao ar com a proposta de cobrir fatos sob diferentes prismas, incluindo a descrição dos bastidores do trabalho dos profissionais envolvidos, geralmente jovens coordenados pelo experiente jornalista Caco Barcellos. “O Profissão Repórter revela os bastidores da notícia e mostra o processo de produção de reportagens, da reunião de pauta à edição, passando por apuração, entrevistas e gravação”: é assim que a sinopse da atração da TV está publicada na plataforma de *streaming*²⁴ *Globoplay*²⁵, pertencente ao mesmo grupo do canal televisivo.

²³ Antes, em 2006, o *Profissão Repórter* era um quadro no programa dominical *Fantástico*.

²⁴ Tecnologia de transmissão de conteúdo on-line, sem descarga de dados.

²⁵ Retirado do *Globoplay*. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/profissao-reporter/t/m9k2cnjw1D/>. Acesso em 21 mai. 2021.

O programa não inaugurou o hábito de inserir nos conteúdos jornalísticos o *making-off* da produção. Emissoras de TV fazem uso frequente do recurso em reportagens, quando, por exemplo, explicam a utilização de câmeras ocultas em determinada denúncia ou mostram o insucesso de um repórter tentando contato com uma fonte importante no relato de um fato. Os caminhos que os jornalistas percorrem fora das vistas do público ou de seu conhecimento também são presentes em outros veículos, como impressos e digitais. Comumente, vemos grandes coberturas gerarem conteúdos anexos sobre *making-off* do jornalismo, como em blogs (*UOL*²⁶), artigos e editoriais e *podcasts* (*O Assunto*²⁷), só para citar alguns.

Encontramos essa associação da ideia de transparência jornalística/editorial com relato de bastidores em estudos de Ziomek (2005), Christofolletti, Villegas e Vegas (2019), Guerra (2014) e Chadha e Koliska (2015).

Uma empresa comprometida com a transparência incorpora um papel significativamente maior para o público em suas operações. Afirma seus objetivos de forma clara e aberta e discute e explica sua metodologia com as pessoas afetadas por seu trabalho – públicos, funcionários, gerentes, outros profissionais. No jornalismo, as organizações transparentes abrem os processos pelos quais fatos, situações, eventos e opiniões são classificados, peneirados, entendidos e apresentados. Eles ouvem atenta e responsabilmente seu público e reconhecem a perspectiva do público em seu trabalho. (ZIOMEK, 2005, p. 4)

Christofolletti é um dos pesquisadores brasileiros que mais têm se dedicado ao estudo do tema da transparência dentro do jornalismo. Entre artigos, capítulos, livros, participação em eventos, orientações de dissertações e teses e coordenação de projetos de pesquisa, a transparência é motivo de inquietação reflexiva do autor, pelo menos, desde 2011²⁸. Junto de Villegas e Vegas (2019), põs a transparência como uma das três dimensões²⁹ para se identificar como ocorre a prestação de contas pela mídia. Para eles, transparência abarcaria algo inevitável, “a necessidade dos meios de comunicação fornecerem informações empresariais sobre seus grupos, permitindo que o público entenda princípios e **processos editoriais**, estrutura organizacional e situação financeira”

²⁶ Ver: <https://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

²⁷ *Podcast* do portal de notícias do Grupo Globo, G1. Ver: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

²⁸ Segundo registro no Currículo Lattes do autor. Disponível em: <https://bit.ly/3bYkGnO>. Acesso em: 27 mai. 2021.

²⁹ As demais seriam Autorregulação e Participação.

(2019, p. 95-97, grifo nosso). Aqui, um aspecto a destacar: para os autores supramencionados, a transparência passa pelo fornecimento de informações ao público (além das de natureza dos fatos noticiados) como forma de permitir que as pessoas entendam os bastidores das notícias. Na visão de Guerra (2014), esse mecanismo ainda ajudaria a elevar a confiança nas notícias.

Para Christofolletti e Becker (2021), a transparência tem potencial para promover mudanças na prática do jornalismo. Os autores colocam a publicação de políticas editoriais por alguns veículos de comunicação brasileiros já como resultado desse processo de abertura do jornalismo.

Seguindo a tendência de outros âmbitos da vida social, há décadas, o jornalismo vem ensaiando inserir em sua rotina cada vez mais – e mais diretamente – a prática da transparência. Em 1947, como resultado de um período de forte descrença da mídia, foi publicado, nos Estados Unidos da América (EUA), o relatório da *Hutchins Commission* “Uma imprensa livre e responsável” em tradução nossa (do original, em inglês *A free and responsible press*). O documento tinha o objetivo de estabelecer as funções que os veículos de comunicação americanos deveriam desempenhar numa democracia moderna.

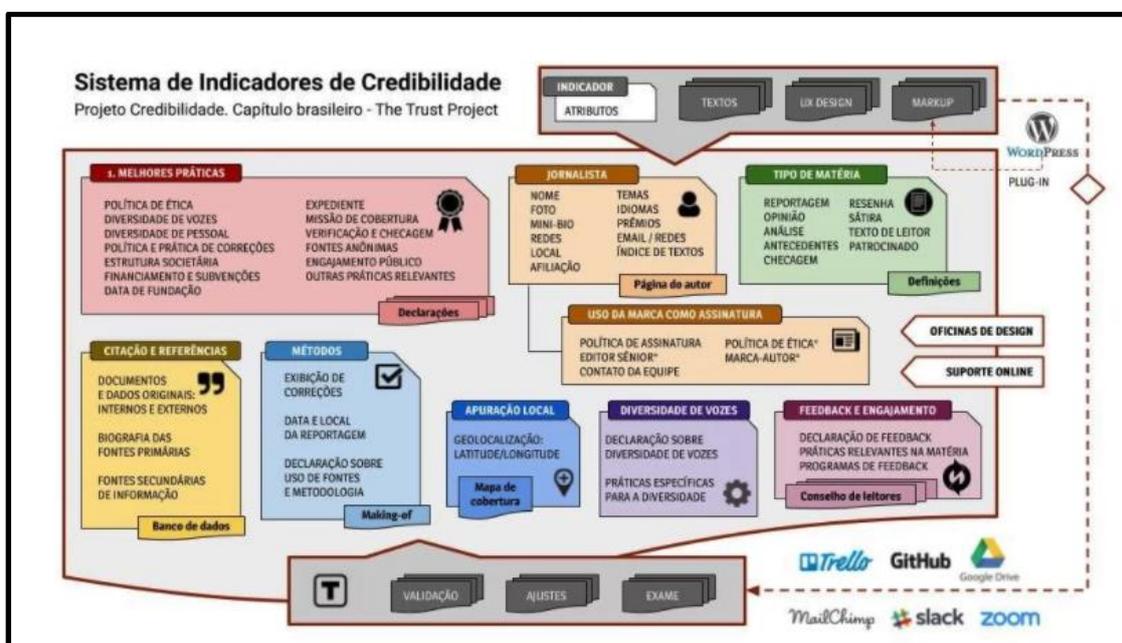
O relatório da Hutchins Commission resumiu as exigências que os meios de comunicação teriam de cumprir em cinco pontos: 1. Propiciar relatos fiéis e exatos, separando notícias (reportagens objetivas) das opiniões (que deveriam ser restritas às páginas de opinião); 2. Servir como fórum para intercâmbio de comentários e críticas, dando espaço para que pontos de vista contrários sejam publicados; 3. Retratar a imagem dos vários grupos com exatidão, registrando uma imagem representativa da sociedade, sem perpetuar os estereótipos; 4. Apresentar e clarificar os objetivos e valores da sociedade, assumindo um papel educativo; e, por fim, 5. Distribuir amplamente o maior número de informações possíveis. Esses cinco pontos se tornariam a origem dos critérios profissionais do chamado ‘bom jornalismo’ – objetividade, exatidão, isenção, diversidade de opiniões, interesse público – adotado nos Estados Unidos e presente nos Manuais de Redação de boa parte dos jornais nas democracias liberais. (DE LIMA, 2008)

Foi com base nesse relatório que foi criado, em 2014, também nos EUA, o *The Trust Project*, um consórcio internacional de empresas jornalísticas com a missão de ampliar o compromisso do jornalismo com as sociedades. O consórcio organizou um conjunto de indicadores para que as pessoas pudessem avaliar a integridade das notícias e basear suas decisões em informações confiáveis. São “padrões de transparência que

ajudam as pessoas a avaliar a qualidade e a credibilidade do jornalismo” (THE TRUST PROJECT, 2020). São eles:

1. Melhores práticas – informações sobre quem financia e administra, missão, valores, etc.;
2. Jornalista – dados sobre quem produziu determinada matéria jornalística;
3. Tipo de matéria – etiquetas de notícia, opinião, conteúdo patrocinado, etc.;
4. Citações e Referências – documentos originais, dados das fontes entrevistadas, etc.;
5. Métodos – *making-off*, correções, detalhes das decisões editoriais e caminhos das apurações, etc.;
6. Apuração local – geolocalização, se o autor mora ou esteve no local para reportar;
7. Diversidade de vozes – diferentes perspectivas para um mesmo assunto;
8. E Feedback acionável – colaboração do público.

Figura 2 - Sistema de Indicadores de Credibilidade



Fonte: *The Trust Project*

O quinto indicador é o que mais se aproxima com o conceito de transparência aplicado ao jornalismo que abordamos neste estudo sobre a série jornalística do *The Intercept Brasil*. Ele incentiva que os jornalistas dos veículos parceiros falem abertamente sobre os processos utilizados para contar uma história: “Saber por que um jornalista escolheu pesquisar uma determinada história e como ele começou a noticiá-la pode nos ajudar a entender como uma notícia surgiu. Pode revelar quão importante, bem pesquisada ou equilibrada é uma história” (THE TRUST PROJECT, 2021, tradução nossa³⁰).

O Projeto foi lançado no Brasil em 2019 e contava, em janeiro de 2021, com onze empresas nacionais aderentes, entre elas: *Folha de S. Paulo*, *Nexo*, *Lupa* e *O Povo*. No mesmo período, o *The Trust Project* já possuía mais de 200 parceiros em diversos países.

Como a transparência é um princípio que atravessa várias configurações sociais, vamos discorrer, a seguir, sobre alguns dos benefícios e malefícios de sua implementação, especificamente, no jornalismo.

2.2 Prós e contras

Em 2021, Christofolletti publicou o resultado parcial de uma pesquisa que investigou como os jornalistas brasileiros enxergam a transparência em sua profissão. Os dados foram retirados de um questionário mais amplo aplicado em profissionais de todas as regiões do país e apontaram uma contradição: os jornalistas se veem mais transparentes do que suas práticas mostram. O artigo também apresentou, a partir da visão dos respondentes, alguns prós e contras do uso da transparência na imprensa. Como pontos positivos listados no trabalho, destacam-se: maior aceitação pública, reforço na autoridade do jornalista e incrementos no capital social. Mas, o público participante da pesquisa também citou o lado ruim que a transparência poderia trazer para o jornalismo, como: receio de julgamentos, enfraquecimento de práticas, medo de represálias e demissões, entre outros.

Some-se, ainda, aos aspectos negativos da transparência no jornalismo, dizem os profissionais de redação pelo senso comum, o acirrado campo da concorrência. Jogar luz

³⁰ “Knowing why a journalist chose to research a particular story and how they went about reporting it can help us to understand how a news story came together. It might reveal how important, well-researched, or balanced a story is.”

a métodos e bastidores das apurações pode funcionar como um tiro no pé do profissional, pois, ao mesmo tempo em que conquista sua audiência com materiais exclusivos e socialmente importantes, ficam expostos aos olhares atentos de colegas que podem percorrer o mesmo caminho – agora com mais facilidade – e chegar a fatos até inéditos.

Num cenário de desinformação descontrolada no qual está inserido o mundo nessa era digital, a transparência é uma grande protagonista e aliada do jornalismo. Por exemplo, como pilar de uma importante ferramenta: o *fact-checking*.

O *fact-checking* é uma checagem de fatos, isto é, um confronto de histórias com dados, pesquisas e registros. Se um político jura que nunca foi acusado de corrupção, há registros judiciais que irão atestar se é verdade. Se o governo diz que a inflação diminuiu, é preciso checar nos índices se isso realmente ocorreu. E se uma corrente diz que há um projeto de lei para cancelar as eleições, é preciso conferir nas propostas em tramitação se essa informação é real. O *fact-checking* é uma forma de qualificar o debate público por meio da apuração jornalística. De checar qual é o grau de verdade das informações. (FONSECA, 2017).

Checar fatos é da natureza do jornalismo. O que fez com que um serviço como o *fact-checking* se tornasse tão imprescindível foi a quantidade de informação errada, incompleta, descontextualizada ou mentirosa circulando no ambiente da internet. “Cada ator conectado à rede é, assim, um emissor em potencial, capaz de atuar no contexto desses fluxos informativos, construindo, modificando e dividindo informação” (RECUERO, 2011, p. 1-2). Além de produzir conteúdo, hoje, o jornalismo se ocupa, cada vez mais, de desmentir com provas, dados e argumentos tudo aquilo que tem potencial prejudicial à sociedade e às instituições necessárias à defesa, manutenção e desenvolvimento da civilidade, dos direitos humanos e da democracia.

A transparência também inspira confiança nos públicos para os quais as notícias são direcionadas e dos quais a imprensa depende. Ao expor aspectos dos bastidores do trabalho jornalístico, inevitavelmente, os meios de comunicação reforçam sua imagem de integridade. Afinal de contas, numa relação pautada pela transparência, a desconfiança não germina com tanta facilidade. Por outro lado, ela pode ser usada como meio de manipular ou direcionar a visão das pessoas para objetivos outros que não os do jornalismo. Um jornalista/veículo é capaz de, ao mesmo tempo em que diz “jogar limpo” com seu público, encaminhar sua atenção para dar destaque a determinado aspecto de uma cobertura por motivos pessoais ou para fins empresariais, por exemplo.

Gomes, Amorim e Almada (2018), em artigo que tratou de organizar os conceitos, verbetes e as ideias de transparência pública, chamaram-nos a atenção para um aspecto quase sempre ignorado da transparência: ela é um filtro que pode limitar o campo de visão e conhecimento sobre algo ou alguém.

A condição, digamos, natural dos corpos é a opacidade: corpos normalmente impedem que um observador que lhes esteja diante possa ver os outros corpos que se situam atrás dele. A exceção são os corpos transparentes, que não vedam a passagem do olhar, embora, e isso é importante, funcionem como filtros. (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018, p. 1-2)

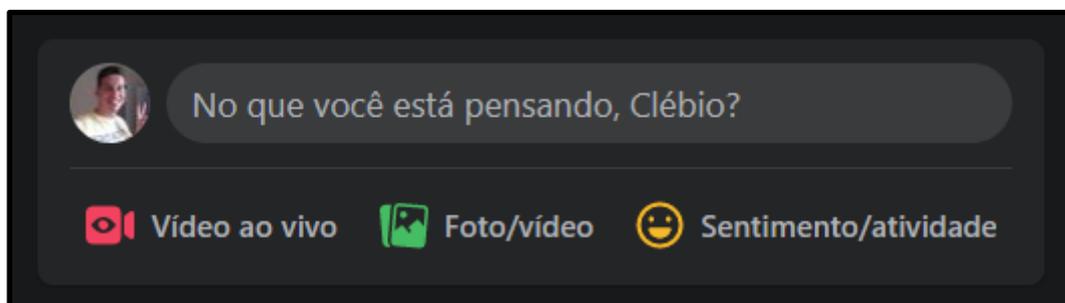
Como um dos efeitos da transparência é a confiabilidade, logo, o questionamento das intenções por detrás de determinado conteúdo não surge tão facilmente. Nessa configuração manipuladora, chega a se assemelhar com a falta de transparência, quando usada para omitir desvios éticos e ocultar objetivos escusos. Em 2011, a título de exemplo, o centenário tabloide britânico *News of the World* foi fechado³¹ acusado de praticar escutas ilegais para conseguir informações exclusivas.

Embarcar na onda de uma transparência sem limites colocaria o jornalismo diante de um dilema: se todo conteúdo jornalístico tiver de vir acompanhado de uma minuciosa descrição dos bastidores do trabalho do jornalista e sua equipe, então, como ficaria a confiança depositada há séculos nesse campo social? Em outras palavras, a transparência teria o poder de ampliar a crise de desconfiança da sociedade hiperconectada sobre o jornalismo? “Ora, a noção de confiança, isto é, o significado mais profundo do termo “confiança” pressupõe um alto grau de opacidade. Não haveria necessidade de confiança se tudo fosse claro, indubitável e transparente”, lembra Dos Santos (2019).

2.3 Limites e dificuldades da transparência

³¹ Ver “Entenda o escândalo de grampos do tabloide 'News of the World'”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/07/entenda-o-escandalo-de-grampos-do-tabloide-news-of-the-world.html> . Acesso em: 13 jan. 2022.

Figura 3 - Página inicial de perfil de usuário no Facebook



Fonte: Reprodução/Facebook

A imagem acima foi extraída do perfil do autor deste trabalho na rede social digital *Facebook*, controlada pela empresa americana *Meta*. Cada vez que um usuário acessa a página do site ou o aplicativo para *smartphone*, a pergunta surge como incentivo para que se publique algo no *feed*³². Podemos fazer várias interpretações acerca do pedido do *Facebook* aos seus usuários, mas, certamente, é muito pouco provável que a maioria se habilite em atender, à risca, o solicitado. No segundo semestre de 2021, a rede social digital acumulava 2.853 bilhões de usuários ativos no mundo³³. A *Meta* também é dona de outras redes utilizadas por bilhões de pessoas, como *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook Messenger*.

É inconcebível, por exemplo, que todos os nossos pensamentos sejam entregues em nome de uma exigência social como tem sido a transparência. “Se alguém entregasse teu corpo a quem chegasse, tu te irritarias. E por que entregas teu pensamento a quem quer que apareça, para que, se ele te insultar, teu pensamento se inquiete e se confunda?”, questionou o filósofo estóico grego Epíteto (DINUCCI; JULIEN, 2012, p. 37).

A transparência tem fronteiras e seu limite é atingido quando toca em questões da vida social geral, mas que se aplicam perfeitamente quando recortamos especificamente

³² “O feed é um fluxo de conteúdo que permite rolagem. O conteúdo é exibido em blocos de aparência semelhante que se repetem um após o outro. Por exemplo, um feed pode ter conteúdo editorial (como uma lista de artigos ou notícias) ou fichas (uma lista de produtos ou serviços, entre outros). Os feeds podem aparecer em qualquer lugar na página.” Extraído de: <https://support.google.com/adsense/answer/9189559?hl=pt-BR>. Acesso em: 19 jan. 2022.

³³ Ver “Usuários do Facebook cresceram 23% em três anos; confira lista das redes sociais mais populares”. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/tecnologia-e-games/usuarios-do-facebook-cresceram-23-em-tres-anos-confira-lista-das-redes-sociais-mais-populares/27504/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

o jornalismo, como: privacidade, sigilo e segurança, por exemplo. Revelar uma importante fonte que gerou uma cobertura jornalística de destaque e que mexeu com estruturas de poder, tendo a transparência apenas como escudo para evitar questionamentos, pode ser fatal para quem repassou as informações. E cai sobre o jornalista a obrigação ética de proteger sua fonte.

Han (2017) afirma que a transparência demanda que se elimine totalmente a esfera privada.

O ser humano sequer é transparente para consigo mesmo. Segundo Freud, o eu nega precisamente aquilo que o inconsciente afirma e deseja irrestritamente. O Id³⁴ permanece amplamente oculto no Ego³⁵. Assim, na psique humana é aberta uma fissura que não deixa o Ego coincidir consigo mesmo. É essa fissura fundamental que impossibilita a autotransparência. Obviamente, entre as pessoas, há um fosso divisor. Desse modo, torna-se impossível criar uma transparência interpessoal. Tampouco ela é algo desejável; é justamente a falta de transparência no outro que mantém viva a relação. (HAN, 2017, p. 14)

Daí que a ideia de uma transparência irrestrita em todos os âmbitos da vida social, como alguns defendem, cai por terra. O ser humano se relaciona – consigo e com os grupos – num jogo de transparência e opacidade. Não entregar tudo de bandeja, em dado nível, preserva a convivência em sociedade.

Para o filósofo sul-coreano, a transparência não se relaciona somente à corrupção e à liberdade de informação. “Ela é uma coação sistêmica que abarca todos os processos sociais, submetendo-os a uma modificação profunda” (HAN, 2017, p. 10). A mudança, para ele, transcorre no sentido de igualar tudo e todos.

Quando em excesso ou mal utilizada, essa “quase paranoia generalizada”, como Dos Santos (2019) preferiu apelidar o clamor intenso das últimas décadas pela transparência, pode passar a falsa ideia de que ela, por si só, pode resolver os maiores problemas que enfrentamos nas sociedades.

Aos arautos do “poder da transparência”, que é uma crença inegavelmente sedutora, faltou, entretanto, combinar o jogo com a natureza humana,

³⁴ “O ID está relacionado aos instintos e é totalmente inconsciente. Essa estrutura é formada pelos impulsos, instintos e desejos.” Extraído de: <https://www.sbie.com.br/blog/id-ego-e-superego-conheca-os-diferentes-aspectos-da-personalidade/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

³⁵ “O ego é racional e controla os instintos. Ele funciona como um mediador e busca facilitar a interação do ID com as situações externas que ocorrem na vida da pessoa.” Extraído de: <https://www.sbie.com.br/blog/id-ego-e-superego-conheca-os-diferentes-aspectos-da-personalidade/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

perguntando a ela se ela nos autoriza preconizar a “transparência” como modelo saudável de sociedade? Até que ponto, também deveriam perguntar, uma sociedade da transparência contribui para o desenvolvimento da democracia e até que ponto serve para corroer suas instituições, entre elas a liberdade? (DOS SANTOS, 2019)

No estudo com jornalistas, Christofolletti (2021) também identificou algumas dificuldades apontadas pelos profissionais de redação que foram consultados sobre a implementação de mecanismos de transparência em seus ambientes de trabalho. O autor elencou, entre outros, aspectos como pouca liberdade de ação, divergências entre repórteres e editores, rotinas aceleradas e indisposição de expor como é o trabalho do jornalista. Essa falta de inclinação de jornalistas e dos *media* brasileiros a práticas como transparência é arraigada à cultura jornalística. “Historicamente avessos a práticas de accountability, os meios de comunicação do Brasil não tornam visíveis dados de controle e gestão, políticas internas, conflitos de interesse e critérios editoriais” (CHRISTOFOLETTI; BECKER, 2021, p. 143). Visão semelhante à de Guerra (2014):

(...) inúmeras dificuldades também existem, e precisam ser vencidas: (1) uma cultura profissional e organizacional avessa a mecanismos de gestão, controle técnico e avaliação regulares, confundidos muitas vezes com “burocratização” ou “censura”; (2) a falta de rigor técnico que defina com precisão os processos e metodologias de produção e avaliação; (3) ausência de especificações para os requisitos verdade, relevância e pluralidade, assim como dos seus indicadores capazes de permitir uma medição adequada do seu grau de conformidade. (GUERRA, 2014, p. 208)

O comentarista de tecnologia David Weinberger disse certa vez à revista inglesa *The Economist* que a “transparência é a nova objetividade” (tradução nossa³⁶). Como aquela, pode vir a assumir a imagem de um mito, apenas.

A seguir, vamos identificar os indicadores de transparência na cobertura jornalística do *The Intercept Brasil* (sobre a operação e a força-tarefa Lava Jato) e analisá-los. Antes, porém, contextualizaremos a série de reportagens objeto deste nosso estudo.

³⁶ “Transparency is the new objectivity”. Disponível em: <https://www.economist.com/special-report/2011/07/09/the-foxification-of-news> . Acesso em: 13 jan. 2022.

3 “#VAZAJATO”: O JORNALISMO BRASILEIRO DIANTE DO ESPELHO

Em 17 de março de 2014, a Polícia Federal (PF) brasileira desencadeou uma operação para combater a lavagem de dinheiro³⁷ nos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. As apurações oficiais apontavam para um grande esquema que teria movimentado, inicialmente, cerca de 10 bilhões de reais por fora da lei. “Entre os 81 alvos de mandados de busca e apreensão, figuravam suspeitos de ligação com contrabando, tráfico de drogas e câmbio clandestino, entre outros delitos” (OTOBONI; FREIRE, 2020). Como de costume, a PF deflagrou o trabalho já com uma nomenclatura para a ação:

O nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora os trabalhos tenham avançado para outros rumos, o nome inicial se consagrou. No primeiro momento, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. (MPF, 2014?)

A associação com a maior empresa pública do Brasil, a Petrobras, veio já na segunda fase da Operação, realizada três dias depois que foi deflagrada. Naquele dia, 20 de março, um ex-diretor da estatal foi preso temporariamente. Contra Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Refino e Abastecimento, pesava a acusação de tentar destruir provas que ligavam seu nome a um doleiro investigado. Ele era Alberto Youssef, que havia sido preso como chefe de uma quadrilha especializada na lavagem de dinheiro.

O MPF (2014?) explicou como o esquema funcionava com os seguintes passos, que resumimos de acordo com as informações do órgão:

³⁷ Prática utilizada para “limpar” o dinheiro obtido de forma ilegal, com o objetivo de forjar uma origem para ele de acordo com a legislação.

1. Empreiteiras³⁸ criaram um cartel³⁹ para conseguir contratos de obras com a Petrobras;
2. Essas empresas cooptavam agentes públicos da estatal para que sempre fossem convidadas para as licitações⁴⁰;
3. Operadores financeiros tratavam de intermediar o pagamento de propina⁴¹, “lavar o dinheiro” decorrente dela e o entregar aos beneficiários do esquema;
4. Paralelamente, agentes políticos – em sua maioria com “foro privilegiado⁴²” – eram responsáveis pela indicação e manutenção de diretores na Petrobras.

Durante quase sete anos, a Polícia Federal realizou operações com apoio de integrantes das forças-tarefas no Ministério Público Federal. A Lava Jato era tratada como uma grande operação composta de fases – que também recebiam nomenclaturas próprias – e ainda como uma grande força-tarefa que funcionava em diferentes estados do centro-sul brasileiro. “A primeira delas surgiu em Curitiba. Em seguida, portarias regulamentaram o funcionamento das forças-tarefas no Rio de Janeiro e em São Paulo” (MPF, 2014?). Tribunais Regionais Federais no Paraná e no Espírito Santo também acolheram equipes da Operação.

Em primeiro de fevereiro de 2021, a Lava Jato deixou de existir em sua composição original para ser diluída no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Federal.

Após mais de seis anos de funcionamento ininterrupto, período em que as designações para atuação conjunta foram prorrogadas, em 2021 o trabalho foi incorporado pelos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos). Previstos na Resolução 146, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) desde 2013, os Gaecos conferem

³⁸ Empresas privadas que realizam obras ou fornecem mão de obra.

³⁹ “A Lei 8137/90 considera como crime contra a ordem econômica o acordo entre empresas com objetivo de fixar artificialmente os preços ou quantidades dos produtos e serviços, de controlar um mercado, limitando a concorrência.” Extraído de: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/cartel> . Acesso em: 02 fev. 2022.

⁴⁰ “Licitação é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações.” Extraído de: encurtador.com.br/jyDMT . Acesso em: 02 fev. 2022.

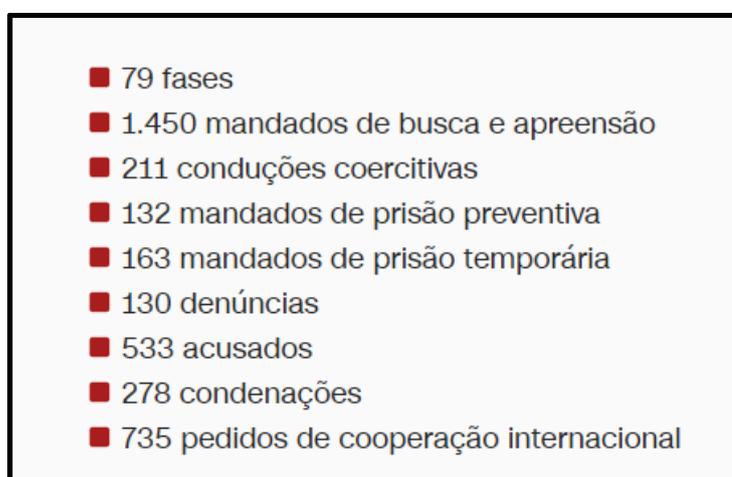
⁴¹ Dinheiro oferecido como suborno para que atos ilegais sejam praticados.

⁴² Direito que alguns ocupantes de cargos políticos e funcionais têm de ser processados e julgados por tribunais específicos.

estabilidade e caráter duradouro às investigações. Também resolvem a questão das designações precárias dos integrantes das forças-tarefas, uma vez que os componentes têm mandato renovável de dois anos. (MPF, 2014?)

A operação deixou como saldo números expressivos, que justificam, em parte, o forte apoio social que recebeu. Em fevereiro de 2021, uma pesquisa realizada após a dissolução da força-tarefa, 80% da população brasileira ainda afirmavam apoiar as ações⁴³.

Figura 4 - Balanço final da Operação e força-tarefa da Lava Jato⁴⁴



Fonte: Reprodução/CNN Brasil (2021)

Soma-se aos dados acima, o montante de dinheiro devolvido, segundo o MPF (2014?), a partir de acordos: R\$ 4,3 bilhões até 3 de fevereiro de 2021. Mas, nada disso se compara ao efeito gerado com a prisão de políticos poderosos, como os ex-presidentes

⁴³ Ver “Em 1ª pesquisa após fim de força-tarefa, 80% dizem apoiar operação Lava Jato”. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/lava-jato/em-1a-pesquisa-apos-fim-de-forca-tarefa-80-dizem-apoiar-operacao-lava-jato/> . Acesso em: 04 fev. 2022.

⁴⁴ Em 11 de fevereiro de 2021, a Polícia Federal deflagrou a operação “PSEUDEIA” como a 80ª fase da operação Lava Jato. No entanto, a operação já havia sido desmontada. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/02/policia-federal-deflagra-80a-fase-da-Operacao-lava-jato-Operacao-pseudeia> . Acesso em: 03 fev. 2022.

Luiz Inácio Lula da Silva (mandato: 2003 – 2011) e Michel Temer⁴⁵ (mandato: 2016 – 2018).

Destacamos o caso da prisão de Lula, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). O ex-presidente terminou seu segundo mandato com 83% de aprovação⁴⁶ da sociedade e chegou a emplacar uma sucessora na Presidência da República, a também filiada ao PT, Dilma Rousseff. Lula foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e foi preso em 2018, num contexto inédito na história recente do país, dois dias depois da expedição do mandado de prisão com a pena de quase 9 anos de reclusão. O ex-presidente chegou a ser impedido de se entregar formalmente à Polícia Federal por apoiadores que cercavam o prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, na cidade de São Bernardo do Campo - SP, onde estava.

O ex-presidente deixou por volta das 18h41 o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo, onde estava desde a noite de quinta. Ele saiu do local a pé e cercado por uma multidão e entrou em um carro da polícia, que o aguardava. Mais cedo, às 17h, o ex-presidente tentou deixar o sindicato em um veículo com o seu advogado, Cristiano Zanin, mas foi impedido por militantes que bloquearam a saída para evitar sua prisão. [...] Ele foi considerado culpado por ter aceitado a promessa e a reforma de um apartamento tríplice no Guarujá (SP), como contrapartida de vantagens indevidas obtidas pela empreiteira OAS em contratos com a Petrobras. (VENAGLIA, 2018)

Para Souza (2019), a forte repercussão desse episódio no Brasil e no exterior não se deve somente à popularidade de Lula, mas também à estratégia de divulgação utilizada pela Lava Jato. Prass e Fausto Neto (2017) analisaram essas estratégias e deduziram que o então juiz federal Sérgio Moro, uma das principais figuras associadas à operação, fazia uso com frequência da mídia para embasar suas sentenças.

Tal conduta se evidencia por diversos fatores, como A) a frequentemente externada “necessidade” de publicidade praticamente irrestrita dos processos e

⁴⁵ Michel Temer esteve preso em duas situações: de 21 a 25 de março de 2019 e de 08 a 14 de maio do mesmo ano, acusado de liderar uma organização criminosa que desviava dinheiro público.

⁴⁶ Ver “Com 83%, aprovação ao governo Lula bate recorde histórico, mostra Datafolha”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/820667-com-83-aprovacao-ao-governo-lula-bate-recorde-historico-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 04 fev. 2022.

dados da operação a “qualquer pessoa”; B) contínuas citações à “opinião pública”, seja em documentos ou em falas em eventos de maneira a se aproximar da sociedade e obter apoio desta; C) pelo flerte com a imprensa nos vazamentos de informações visando divulgação de ações da investigação; e D) pedidos de apoio à imprensa para “reformas institucionais necessárias”. (PRASS; FAUSTO NETO, 2017, p. 2-3)

Em entrevista concedida em 2018 ao site *The Intercept Brasil*, uma ex-assessora de imprensa de Moro, Christianne Machiavelli, descreveu como era fácil emplacar a Lava Jato no noticiário: “Talvez tenha faltado crítica da imprensa. Era tudo divulgado do jeito como era citado pelos órgãos da operação. A imprensa comprava tudo” (AUDI, 2018). O texto do *TIB* ainda lembrou que o então juiz, anos antes de deflagradas as investigações no Brasil, se inspirava na operação italiana “Mãos Limpas”⁴⁷, conhecida por deslegitimar figuras poderosas daquele país com apoio de veículos de comunicação da imprensa italiana.

A hipótese de que os assuntos abordados por emissoras de televisão, rádio, jornais, revistas, sites e outros meios jornalísticos, agendam o que a população discute é estudada desde a década de 1970. Formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw, o Agendamento ou a teoria da *Agenda-setting* tem como premissa que as pessoas que consomem notícias tendem a considerar mais importantes os temas com maior exposição na mídia. De Castro (2014), no entanto, acredita que essa influência é limitada.

A Agenda-setting supõe uma correlação positiva e alta entre a agenda midiática e a agenda do público. A agenda pública, no entanto, possui uma capacidade limitada. As pessoas prestam atenção a um número restrito de assuntos por vez, limites impostos tanto pelo tempo quanto pela capacidade psicológica. (DE CASTRO, 2014, p. 202).

Sérgio Moro e o então procurador do MPF, Deltan Dallagnol, ganharam destaque nos veículos tradicionais da imprensa no Brasil. Com frequência, apareciam várias vezes

⁴⁷ Considerada a maior investigação sobre corrupção naquele país europeu, a “Mãos Limpas” (*Mani Pulite*, em italiano) desarticulou esquemas de propina e financiamento ilegal de campanhas eleitorais, colocando fim à chamada Primeira República Italiana. Gianni Barbacetto, um dos autores do livro “Operação Mãos Limpas: A Verdade Sobre a operação Italiana Que Inspirou a Lava Jato” (2016) afirmou que a operação italiana contou com a conivência de grandes veículos de imprensa. Ver: <https://piaui.folha.uol.com.br/que-papel-teve-a-imprensa-na-operacao-maos-limpas/page/32/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

ao dia por meio de declarações em sites, jornais e telejornais ou em repercussões das entrevistas coletivas que convocavam para explicar o andamento das investigações. Moro, que ordenou a prisão de Lula, chegou a desistir de seu cargo como juiz federal para se tornar ministro⁴⁸ da Justiça e da Segurança Pública no governo de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019. O ex-juiz ficou no cargo durante pouco mais de um ano, quando anunciou sua demissão e ruptura com Bolsonaro. Mesmo tendo afirmado que não entraria⁴⁹ para a política partidária, Moro, no entanto, se filiou⁵⁰ ao partido Podemos em novembro de 2021 e passou a ser sondado como pré-candidato à presidência da República nas eleições de 2022. Meses depois, mudou de partido⁵¹. O procurador da República Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa Lava Jato, deixou⁵² o MPF também em novembro de 2021.

Alguns veículos⁵³ de imprensa no Brasil associaram essas exonerações a pedido das duas autoridades como uma das causas para a derrocada da Lava Jato. Outros⁵⁴, porém, apontaram uma investigação do site *The Intercept Brasil* e as publicações decorrentes dela como ponto máximo do descrédito da operação e da força-tarefa.

3.1 O *The Intercept*

⁴⁸ G1. *Moro aceita convite para ser ministro da Justiça e diz que vai se afastar de audiências da Lava Jato*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2018/11/01/moro-aceitou-convite-para-ser-ministro-da-justica-de-bolsonaro-diz-assessor-do-presidente-eleito.ghtml>. Acesso em: 01 mar. 2022.

⁴⁹ Folha de S. Paulo. *Moro repetiu que nunca entraria na política; relembre frases do hoje presidencial*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/moro-repetiu-que-nunca-entraria-na-politica-relembre-frases-do-hoje-presidencial.shtml>. Acesso em: 01 mar. 2022.

⁵⁰ CNN Brasil. *Sérgio Moro se filia ao Podemos com discurso em defesa da Lava Jato*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sergio-moro-se-filia-ao-podemos/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

⁵¹ G1. *Moro assina filiação ao União Brasil e abre mão, 'neste momento', da pré-candidatura à Presidência da República*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/31/sergio-moro-assina-filiacao-ao-uniao-brasil-em-evento-em-sp.ghtml>. Acesso em: 1º abr. 2022.

⁵² CNN Brasil. *Deltan Dallagnol deixa MPF e reflete sobre migração para a política*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deltan-dallagnol-deixa-mpf-e-reflete-sobre-migracao-para-a-politica/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

⁵³ Jovem Pan. *Fim da Lava Jato? Cinco fatos que mostram a perda de força da operação que levou Lula à prisão*. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/politica/fim-da-lava-jato-cinco-fatos-que-mostram-a-perda-de-forca-da-operacao-que-levou-lula-a-prisao.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

⁵⁴ El País Brasil. *Lava Jato sai de cena sob um Brasil em silêncio*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-04/lava-jato-sai-de-cena-sob-um-brasil-em-silencio.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

Antes de adentrarmos na investigação jornalística, cabe, aqui, apresentarmos o veículo que ganhou notoriedade no Brasil em meados de 2019, cerca de três anos depois de fundado no país.

O *The Intercept* é uma organização de notícias americana criada em 2014 pelos jornalistas Glenn Greenwald, Jeremy Scahill e Laura Poitras e surgiu com o objetivo de “responsabilizar os poderosos por meio de um jornalismo destemido e adversário”⁵⁵. Foi lançado com o financiamento do bilionário fundador de um dos maiores sites do mundo de compra e venda de bens na internet, o *Ebay*, Pierre Omidyar. Atualmente, é sustentado, sobretudo, com doações de uma comunidade de membros que apoia a iniciativa. O site não deixa claro quando a política de apoio de leitores foi iniciada.

Somos um veículo que não aceita anunciantes e patrocinadores, postura que garante nossa independência. Por isso, o Intercept conta com o apoio dos leitores como principal fonte de recursos para financiar seu jornalismo. Sendo membro da comunidade, você nos ajuda a investigar os crimes dos poderosos, amplificar vozes e narrativas marginalizadas, contar histórias que você não vai encontrar em outros veículos e criar impacto real nas vidas de brasileiros de todos os cantos do país. O programa de membros do TIB nos mantém fortes e independentes, e mostra como o público apoia o tipo de jornalismo corajoso e de fôlego que fazemos diariamente. (THE INTERCEPT BRASIL, 2016?)

O *The Intercept* se coloca como uma divisão do *First Look Institute*, uma organização americana sem fins lucrativos. “O *First Look Institute* apoia o jornalismo investigativo destemido, a produção cinematográfica de não-ficção inovadora e cinematográfica e fornece apoio jurídico essencial para proteger o direito a uma sociedade e imprensa livres e abertas”⁵⁶.

A cobertura do veículo não segue a lógica de sites noticiosos que abordam os fatos mais importantes de cada dia.

Em suas publicações, o *The Intercept* foca nos temas política, justiça, segurança nacional, mundo, tecnologia e ambiente. Como um site de notícias na internet, as reportagens são dispostas com o uso de técnicas de jornalismo

⁵⁵ Traduzido por nós do inglês “to holding the powerful accountable through fearless, adversarial journalism.” Extraído de: <https://theintercept.com/about/> . Acesso em: 15 mar. 2022.

⁵⁶ Do original, em inglês: “First Look Institute supports fearless investigative journalism, innovative and cinematic nonfiction filmmaking, and provides essential legal support to protect the right to a free and open society and press.” Extraído de: <https://www.firstlookinstitute.org/about> . Acesso em: 15 mar. 2022.

multimídia, utilizando-se de áudios, vídeos, imagens, ilustrações e infográficos em consonância com texto jornalístico. Com matérias de cunho investigativo, o veículo segue uma linha editorial de denúncia e vigilância dos poderosos – tanto da esfera política quanto econômica – dos Estados Unidos e outras potências mundiais. (FREITAS, 2019, p. 20)

A versão brasileira do site só veio dois anos depois do original nos Estados Unidos. Residindo no Brasil desde 2005, o premiado⁵⁷ jornalista Glenn Greenwald já escrevia artigos para a imprensa norte-americana sobre o país sul-americano e outros temas considerados importantes mundialmente. Mas, em agosto de 2016, decidiu que o interesse do mundo sobre a crise política brasileira justificaria o lançamento do *The Intercept Brasil*. Uma reportagem da revista *Exame*⁵⁸ publicada na internet tentou resumir tudo de mais importante que aconteceu no país naquele ano, como a prisão do então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha; o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; eleições municipais sem o financiamento privado; e a chegada da Lava Jato no Rio de Janeiro; entre outros fatos.

Em 2 de agosto de 2016, Glenn publicou o texto de boas-vindas ao novo veículo jornalístico.

Ficou claro para nós que há um enorme apetite por formas alternativas de jornalismo no país. Há muito tempo, o quinto país mais populoso do mundo é dominado por um número reduzido de veículos de comunicação, dos quais a grande maioria apoiou o golpe de 1964 e os 21 anos da violenta ditadura de direita que se seguiram. Essas instituições ainda pertencem às mesmas cinco famílias extremamente ricas e poderosas que tiveram um papel central nesse período. Em um país de tamanha diversidade e pluralidade, esse monopólio resultou em um mercado de comunicação que asfixia a diversidade e a pluralidade de opiniões. [...] Embora o Brasil desfrute de um dos conjuntos de jornalistas independentes e blogueiros mais dinâmicos e talentosos do mundo, eles normalmente enfrentam uma carência no apoio institucional necessário para que se atinja um impacto social amplo. Com o intuito de ajudar a preencher essa lacuna, anunciamos hoje o lançamento do *The Intercept Brasil*. (GREENWALD, 2016)

⁵⁷ Entre outros prêmios importantes de jornalismo, Glenn Greenwald ganhou um Pulitzer e um Esso (Brasil) sobre investigações que encabeçou e as publicações consequentes delas. Ganhou notoriedade após as reportagens com base em documentos da Agência Nacional de Segurança (NSA) vazados por Edward Snowden sobre espionagem do governo dos Estados Unidos. Ver o currículo do jornalista em: <https://theintercept.com/equipe/glenn-greenwald-brasil/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁵⁸ *Exame*. 2016: *O ano em que (quase) tudo aconteceu na política brasileira*. Disponível em: <https://exame.com/brasil/2016-o-ano-em-que-quase-tudo-aconteceu-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

No mesmo texto, o jornalista americano naturalizado brasileiro situou o modelo de jornalismo a ser adotado pela versão local do *The Intercept*, a saber: alternativo e independente. Da Rosa e Bronosky (2017) classificam como convencionais os veículos de jornalismo que são pautados por finalidades comerciais na produção de conteúdos. Nem precisam, segundo eles, ser hegemônicos. Funcionam, portanto, numa inversão conceitual, como opositores dos veículos alternativos, assim definidos pelos autores:

Se apresenta como “outro” jornalismo, ao assumir um caráter dialético presente, tanto nos nomes dos veículos (Agência Pública, Brasil de Fato, A Ponte, Jornalistas Livres por exemplo), como também na proposta de fazer um jornalismo diferenciado do que se verifica hegemonicamente, apresentando aspectos que propõem uma percepção diferente sobre a realidade. Estas iniciativas representam o espírito livre que move o senso crítico que transforma as estruturas sociais, impondo limites para os interesses particulares que possa se deixar escapar pela inflexibilidade do jornalismo convencional. Mais do que isso: propõem uma outra forma de percepção da realidade cuja base de ação dialética disputa as atenções com os grupos jornalísticos dominantes, cujo propósito, em essência, é assumir este posto e de reorientar o pensamento sobre o que seria jornalismo. (DA ROSA; BRONOSKY, 2017, p, 25)

Em outras palavras – ainda de acordo com os autores –, alternativa, em se tratando de veículos de jornalismo, é toda produção noticiosa que não tem o lucro como destino. “Nesse sentido, é condição do jornalismo alternativo a sua relação de independência em relação a grupos empresariais, o que torna todo jornalismo alternativo independente” (DA ROSA; BRONOSKY, 2017, p, 33). Patrício e Batista (2020) ampliam o conceito de jornalismo independente para aquele que não só não se sujeita aos interesses do Estado nem de grupos empresariais, como também “às práticas editoriais que, de alguma forma, tolhem a atividade jornalística em seus princípios de responsabilidade social e busca pelo interesse público” (PATRÍCIO; BATISTA, 2020, p. 220).

Essas bandeiras foram levantadas e sustentadas no site pelo cofundador Glenn Greenwald até outubro de 2020, quando o jornalista decidiu se retirar da equipe *The*

Intercept, após acusar⁵⁹ o site de censurar um texto em que ele fazia críticas ao então candidato à Presidência dos Estados Unidos, Joe Biden.

3.2 “#VazaJato”

Uma cobertura jornalística em especial colocou o *The Intercept* em evidência entre os veículos de imprensa no Brasil. Ela começou em 9 de junho de 2019 e, até janeiro de 2022, ainda estava em andamento.

Era fim de tarde de domingo quando o *TIB* publicou as primeiras partes da série intitulada “#VazaJato”. O texto de abertura se tratava de uma espécie de editorial⁶⁰, no qual os principais editores do veículo justificaram a importância do conteúdo que viria na sequência e apresentaram a base da metodologia que seria empregada nas reportagens da série. Concomitantemente, o site publicou três reportagens.

Produzidas a partir de arquivos enormes e inéditos – incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros itens – enviados por uma fonte anônima, as três reportagens revelam comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer. (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019)

Duarte (2020) organizou a cronologia da série num livro. De acordo com a autora, o conhecimento do material que serviria de fonte para as reportagens veio em maio de 2019. Foi a ex-candidata à Vice-Presidência do Brasil nas eleições de 2018, Manuela D’Ávila, a primeira a ser conhecidamente notificada pela fonte anônima da existência dos arquivos.

No final da manhã de domingo, Manuela D’Ávila arrumava a mesa para o almoço de Dia das Mães no seu apartamento, em Porto Alegre, quando recebeu um alerta no seu celular. Era do Telegram. A mensagem dizia que sua conta havia sido acessada a partir do Estado da Virgínia, nos Estados Unidos. A ex-deputada do PCdoB não deu muita importância. [...] Mas, em seguida, recebeu uma segunda mensagem atípica no Telegram, e teria sua atenção desviada da mesa. [...] “Olha, eu não sou o Cid. Eu entrei no Telegram dele e no seu”,

⁵⁹ IstoÉ. *Glenn Greenwald anuncia saída do The Intercept*. Disponível em: <https://istoe.com.br/glenn-greenwald-anuncia-saida-do-the-intercept/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁶⁰ Segundo Mont’Alverne e Marques (2015), editorial é um gênero de texto no qual a empresa/instituição jornalística expõe que posição(ões) tem diante de determinado assunto.

começou. “Mas eu tenho uma coisa que muda o Brasil hoje. E preciso contar com você. Eu entrei no Telegram de todos os membros da força-tarefa da Lava Jato. Peguei todos os arquivos”. (DUARTE, 2000, p. 10-11)

O uso do nome do então senador da República, Cid Gomes, foi um dos recursos que o *hacker*⁶¹ usou para provar à Manuela de que invadiria, com facilidade, a conta oficial de qualquer pessoa no Telegram, aplicativo de troca de mensagens. No mesmo dia, Manuela informou Glenn Greenwald sobre o contato da fonte e ele respondeu que estava muito interessado no material. Conta Duarte (2020) que a ex-candidata, então, intermediou o contato entre a fonte e o jornalista do *TIB*. No editorial que abriu a série, Glenn cuidou de explicar que o único papel desempenhado pelo *The Intercept Brasil* foi o recebimento do material. Foi da origem dos arquivos vazados por uma fonte anônima que veio o nome da série de reportagens “#VazaJato”, em alusão à operação e à força-tarefa Lava Jato.

Não demorou muito para veículos da imprensa brasileira e internacional repercutirem a cobertura jornalística do *The Intercept Brasil*. Ainda em 9 de junho, o programa jornalístico *Fantástico*, da *TV Globo*, emissora de televisão mais assistida⁶² no Brasil, deu destaque ao conteúdo. No dia seguinte, foi a vez do principal telejornal da casa repercutir, o *Jornal Nacional*, cabeça do Jornalismo da *Globo*.

Três dias depois, e nas semanas seguintes, o *TIB* publicou novas reportagens com base nas conversas privadas de autoridades e manteve o assunto quente na rotina dos brasileiros. Além da periodicidade das divulgações, a agência de notícias também fez parcerias com veículos da imprensa no país para reportar o assunto, a exemplo do jornal *Folha de S. Paulo*, da emissora de rádio *Band News FM*, da revista semanal *VEJA* e dos sites *UOL* e *El País Brasil*.

As reportagens [...] mostram, entre outros elementos, que os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir esse objetivo; e que o juiz Sérgio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula. Tudo isso apesar das sérias dúvidas

⁶¹ *Hackers* são profundos conhecedores de informática e computação.

⁶² O Povo. *Veja quais os canais de televisão mais vistos no Brasil em 2019*. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/divirtase/2019/04/23/veja-quais-os-canais-de-televisao-mais-vistos-no-brasil-em-2019.html>. Acesso em: 4 abr. 2022.

internas sobre as provas que fundamentaram essas acusações e enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo. (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019)

Dias antes da série começar a ser publicada, em 4 de junho, o Ministério da Justiça brasileiro informou que o celular do então ministro Sérgio Moro havia sofrido uma tentativa de invasão. A linha teria sido a mesma que era utilizada por Moro quando ainda era juiz federal em Curitiba, no Paraná (LONDRES, 2019). No dia seguinte das primeiras publicações do *TIB*, em 10 de junho, uma nota da força-tarefa da Lava Jato à imprensa dava conta de que integrantes da equipe do MPF vinham sofrendo ataques de *hackers* desde abril daquele ano (EL PAÍS, 2019). No editorial que lançou a série jornalística, o *The Intercept Brasil*, no entanto, esclareceu que a fonte contactou a equipe de jornalistas “bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro [...], na qual o ministro afirmou que não houve ‘captação de conteúdo’” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019). Moro seguiu sem reconhecer como verdadeiras as mensagens publicadas pela “#VazaJato”.

A série jornalística se desenrolou e, paralela a ela, a Polícia Federal abriu investigação sobre os ataques cibernéticos contra o ministro Moro. Em 23 de julho de 2019, durante uma operação batizada “Spoofing”, a PF prendeu três homens e uma mulher em Araraquara, no interior de São Paulo, suspeitos de envolvimento na invasão do celular do ministro. Entre eles, estava Walter Delgatti Neto, à época com 30 anos, conhecido como “Vermelho”. Em depoimento oficial à PF, resumido em reportagem do site *GI*, o principal acusado afirmou não ter editado os diálogos vazados ao *TIB* nem recebido pagamento pelo material. Também explicou como conseguiu acesso às mensagens trocadas pelas autoridades.

Logo no início do depoimento, Walter Delgatti – que disse sempre utilizar serviços de voz sobre IP (Voip) para economizar em ligações telefônicas – explicou aos policiais que descobriu como invadir as contas do Telegram ao fazer uma ligação para um médico, em março deste ano [2019]. O hacker disse que, no identificador de chamadas, substituiu o número dele pelo do médico, por meio do sistema de Voip. Com isso, afirmou Delgatti, ele conseguiu acessar a caixa postal do telefone do médico e escutou todas as mensagens que estavam gravadas. A partir desse momento, revelou o hacker, ele percebeu que poderia obter os códigos do Telegram de outras pessoas acessando as mensagens armazenadas em correios de voz. (SAIGG, 2019)

Duarte (2022) descreve que, no contato com Manuela D'Ávila, o hacker teria dito que não queria dinheiro com o ato, e sim que queria justiça. Numa entrevista exclusiva que concedeu ao jornalista Joaquim de Carvalho ao canal *TV 247* no *YouTube*, em fevereiro de 2021, Walter reforçou essa justificativa. “Foi uma decisão difícil, mas eu pensei: é isso que eu tenho que fazer porque, na minha cabeça, caso eu não faça isso, acabo sendo cúmplice disso, do que está acontecendo aqui” (*TV 247*, 2021). No vídeo, ele declarou já ter sido vítima de perseguição da Justiça na cidade onde morava e associou o fato à atuação dos membros do MPF. Pela invasão aos *smartphones* das autoridades ligadas à Lava Jato, o *hacker* ficou detido preventivamente junto dos outros acusados até outubro de 2020, quando a prisão preventiva foi revogada⁶³ pela Justiça.

Após um ano das publicações da “#VazaJato”, o editor-executivo do site *The Intercept Brasil*, Leandro Demori (2020) fez um balanço dos principais efeitos das revelações da série até junho de 2020. Partindo da soltura⁶⁴ do ex-presidente Lula da prisão, em 08/11/2019, Demori elencou mudanças no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre prisão em segunda instância⁶⁵, ordem de depoimento dos réus delatados, a derrubada do excludente de ilicitude⁶⁶ de um projeto no Congresso Nacional, a aprovação da Lei de Abuso de Autoridade, entre outros. Outros eventos importantes posteriores também se relacionam com a cobertura do *TIB*: a anulação de processos contra Lula e a condenação⁶⁷ que ordenou a Dallagnol o pagamento de uma indenização ao ex-presidente.

Veículos de imprensa também se viram na obrigação de voltar os olhos – e as críticas – para o comportamento que tiveram durante a cobertura da Lava Jato. A revista

⁶³ R7. *Justiça revoga prisão de hackers que invadiram celular de Moro*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/justica-revoga-prisao-de-hackers-que-invadiram-celular-de-moro-23082021>. Acesso em: 1º abr. 2022.

⁶⁴ A soltura de Lula não tem relação clara com as publicações do *TIB*. O ex-presidente foi beneficiado, na verdade, por uma mudança no entendimento do Supremo Tribunal Federal de que um condenado só pode ser preso para ter a pena executada após trânsito em julgado, quando não há mais recurso.

⁶⁵ Em novembro de 2019, o STF julgou e proibiu a execução da pena de condenados após segunda instância.

⁶⁶ Exclui a culpa de autoridades por condutas ilegais em determinadas situações. O mecanismo estava previsto num projeto anticrime defendido por Moro.

⁶⁷ Agência Brasil. *STJ condena Dallagnol a pagar R\$ 75 mil em danos morais a Lula*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-03/stj-condena-dallagnol-pagar-r-75-mil-em-danos-morais-lula>. Acesso em: 1º abr. 2022.

VEJA, por exemplo, colocou o público leitor a par desse exercício, embora não tenha afirmado que houve descuido na cobertura. Em editorial anunciado após a parceria com o TIB para a série “#VazaJato”, o periódico reconheceu que tratou, em muitas situações, Moro como herói. “O ex-juiz Sergio Moro foi capa de VEJA em diversas oportunidades, a maioria a seu favor: embora ele tenha sido fundamental na luta contra a corrupção, não se pode fechar os olhos ante as irregularidades cometidas” (VEJA, 2019).

Figura 5 - Capas da revista VEJA enaltecendo Sérgio Moro



Fonte: reprodução/VEJA

Oliveira (2020) taxou que a série “obrigou a imprensa brasileira a se olhar no espelho” porque mudou a direção da cobertura que vinha sendo destaque, há anos, em grandes veículos da mídia nacional.

A diferença é que, até a Vaza Jato, era Curitiba que dava o tom das coberturas, distribuindo “furos de reportagens”, muitos deles, vazamentos calculados para garantir uma repercussão positiva de suas ações. É preciso lembrar que eles não inventaram a roda. Os vazamentos de informações e as relações de cumplicidade entre jornalistas e suas fontes sempre existiram. A diferença é que, a partir das reportagens da Vaza Jato, foi a Lava Jato que teve que correr atrás do noticiário. (OLIVEIRA, 2020)

O capítulo a seguir vai explicar a metodologia que utilizamos para investigar, pela ótica da transparência editorial, como o *The Intercept Brasil* construiu a sua série de reportagens intitulada “#VazaJato”, que é apontada como uma das principais coberturas⁶⁸ jornalísticas do país.

⁶⁸ Giusti (2019) compara a “#VazaJato” ao escândalo de corrupção *Watergate*, caso registrado pela imprensa norte-americana em 1972 e que culminou com a renúncia do presidente Richard Nixon em 1974.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo principal deste estudo, qual seja o de identificar indicadores relacionados à transparência editorial/jornalística que foram utilizados na série de reportagens intitulada “#VazaJato”, veiculada pela agência de notícias na internet *The Intercept Brasil (TIB)*, optamos pela ferramenta metodológica da Análise de Conteúdo (AC). Centrada nas concepções de Bardin (1979), consideramos a AC adequada para esta pesquisa, pois entendemos que o trabalho é voltado para a discussão de conteúdos, a partir de classificações, categorizações e interpretações.

Segundo Bardin (1979), a Análise de Conteúdo se configura em:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42)

Bardin (1979) indica que a técnica compreende três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados. A primeira delas coloca o pesquisador em contato inicial com os documentos que serão utilizados na análise. Trata-se de uma fase dedicada à organização. Dela, delimitamos o *corpus* empírico inicial deste estudo, constituído por 38 textos produzidos originalmente pelo *The Intercept Brasil*, com ou sem parceria com outras empresas jornalísticas, e publicados no site do veículo entre os anos de 2019 e 2020. Neste grupo, estão os textos do *TIB* que foram produzidos e enviados por *newsletter*, e-mail informativo enviado com certa periodicidade para pessoas que se inscreveram para recebê-lo.

Como outras empresas de comunicação tiveram acesso liberado pelo *TIB* aos arquivos brutos e produziram seus textos originais, seguindo políticas editoriais próprias, consideramos que a incorporação desses conteúdos de outros veículos tornaria a análise demasiada extensa e incoerente com os objetivos deste estudo, pois, a exemplo de *Folha*

de S. Paulo⁶⁹, alguns meios de comunicação se encontravam já associados⁷⁰ a consórcios que incentivam a implementação de ações para reforçar a transparência.

Compõem o *corpus* inicial desta pesquisa os seguintes textos⁷¹:

- #1⁷² As mensagens secretas da Lava Jato (*TIB*, 09/06/2019);
- #2 ‘Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!’ (*TIB*, 09/06/2019);
- #3 ‘Até agora tenho receio’ (*TIB*, 09/06/2019);
- #4 ‘Não é muito tempo sem operação?’ (*TIB*, 09/06/2019);
- #5 Leia os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept (*TIB*, 09/06/2019);
- #7 ‘A defesa já fez o showzinho dela’ (*TIB*, 14/06/2019);
- #8 A quem interessa a narrativa dos ‘hackers criminosos’ na #VazaJato (*TIB*, 17/06/2019);
- #9 ‘Tem alguma coisa mesmo séria do FHC?’ (*TIB*, 18/06/2019);
- #11 Antes de serem alvos de vazamentos, Deltan e Lava Jato celebravam direito de jornalistas publicarem informações vazadas ilegalmente (*TIB*, 22/06/2019);
- #12 Anunciamos nossa parceria jornalística com a Folha no arquivo da Vaza Jato – e as impropriedades reveladas na primeira reportagem conjunta com o jornal (*TIB*, 23/06/2019);
- #14 ‘Moro viola sempre o sistema acusatório’ (*TIB*, 29/06/2019);
- #16 Intercept e Veja publicam reportagem de capa que mostra impropriedades em série – e inéditas – de Sergio Moro na Lava Jato (*TIB*, 05/07/2019);
- #20 ‘Caraaaaaca’ (*TIB*, 07/07/2019);
- #22 Como o Intercept Brasil confirma a identidade das pessoas que aparecem nos chats da #VazaJato (*TIB*, 08/07/2019);
- #23 Um mês de #VazaJato: ouça agora áudio inédito dos arquivos do Intercept Brasil (*TIB*, 09/07/2019);

⁶⁹ O jornal brasileiro integra o Projeto Credibilidade (*The Trust Project*), criado para que as pessoas possam avaliar a qualidade e a credibilidade dos conteúdos jornalísticos ao redor do mundo, através de padrões de transparência.

⁷⁰ Na data da escrita desta metodologia, em 11 de jun. de 2021.

⁷¹ Disponíveis em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

⁷² O *The Intercept Brasil* utiliza o símbolo (#) seguido de numeral para a organização sequencial dos conteúdos da série. Os títulos das matérias foram preservados originalmente, incluindo erros gramaticais.

- #25 ‘400k’ (*TIB*, 14/07/2019);
- #27 As provas de que os chats são autênticos agora vêm de diversos veículos de comunicação – são definitivas e esmagadoras (*TIB*, 15/07/2019);
- #34 ‘e agora, José?’ (*TIB*, 21/07/2019);
- #35 MPF requer arquivamento de ações que tentam impedir continuação da Vaza Jato. Uma delas é de deputado do PSL (*TIB*, 26/07/2019);
- #36 ‘Isso é um pepino pra mim’ (*TIB*, 26/07/2019);
- #37 ‘o risco tá bem pago rs’ (*TIB*, 26/07/2019);
- #41 A reação do governo Bolsonaro contra a Vaza Jato mostra por que nossas reportagens sobre o arquivo secreto são tão vitais (*TIB*, 28/07/2019);
- #43 ‘consegue ainda o endereço do Toffoli?’ (*TIB*, 1º/08/2019);
- #52 ‘vou te pedir pra ser laranja em outra coisa’ (*TIB*, 12/08/2019);
- #57 ‘Olhada informal’ (*TIB*, 18/08/2019);
- #60 ‘sigilo total’ (*TIB*, 26/08/2019);
- #61 ‘vazamento seletivo ...’ (*TIB*, 29/08/2019);
- #63 ‘seria facilmente eleito’ (*TIB*, 03/09/2019);
- #69 ‘Intercepta ela’ (*TIB*, 11/09/2019);
- #76 Uma mão lava a outra (a jato) (*TIB*, 21/09/2019);
- #83 ‘Vamos criar distração’ (*TIB*, 14/10/2019);
- #85 ‘Russo deferiu uma busca que não foi pedida por ninguém’ (*TIB*, 19/10/2019);
- #95 ‘Tentemos ser generosos rs’ (*TIB*, 20/01/2020);
- #96 ‘EUA estão com a faca e o queijo na mão’ (*TIB*, 12/03/2020);
- #99 ‘É MTO LIGADO AO PT’ (*TIB*, 27/04/2020);
- #102 Fachin defendeu Moro como nem Dallagnol foi capaz de fazer (*TIB*, 05/08/2020);
- #103 ‘FOI PASSADO EM OFF’ (*TIB*, 10/08/2020);
- e #105 ‘PRECISAMOS DE UM CORINGA’ (*TIB*, 13/10/2020).

A série de reportagens será analisada nesta pesquisa, com base na definição de transparência no jornalismo proposta por Christofolletti e Becker (2020), em estudo que investigou os sistemas de responsabilidade da mídia em mercados da América Latina:

Na prática, pode ser a abertura de rotinas, métodos de obtenção de notícias e algumas decisões, bem como a apresentação de documentos originais, vídeos, transcrições e outras fontes primárias que autenticam reportagens jornalísticas. Podem também assumir a forma de notas dos editores explicando suas decisões, justificando o uso de fontes anônimas, indicando possíveis conflitos de interesse, bem como atualizando e corrigindo informações. (CHRISTOFOLETTI; BECKER, 2020, p. 16, tradução nossa⁷³)

A partir desta definição de transparência desses autores (CHRISTOFOLETTI; BECKER, 2020), elaboramos uma ficha que servirá de norte para identificarmos os indicadores de transparência em cada um dos textos sobre os quais nos debruçaremos, a saber:

- Da lista acima, serão excluídos da AC os textos predominantemente opinativos, a exemplo de artigos, editoriais, partes da fonte bruta da série, etc.;
- Dos conteúdos predominantemente informativos que comporão o *corpus* definitivo deste estudo, analisaremos texto, imagens, áudios, vídeos e outros recursos expostos no corpo das reportagens e que se relacionem diretamente com o foco de cada publicação;
- As reportagens a serem analisadas são os textos que tratam sobre situações extraídas exclusivamente dos diálogos das autoridades que foram vazados para o *TIB*.

Tabela 1 – Ficha de análise

FICHA DE ANÁLISE		
	Título	
	Data de publicação	

⁷³ “En la práctica, puede ser la apertura de rutinas, métodos para obtener noticias y algunas decisiones, así como la presentación de documentos originales, videos, transcripciones y otras fuentes primarias que autentican los informes periodísticos. También pueden tomar la forma de notas de los editores explicando sus decisiones, justificando el uso de fuentes anónimas, indicando posibles conflictos de interés, así como actualizando y corrigiendo información.”

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA	Gênero jornalístico predominante	<input type="checkbox"/> Informativo <input type="checkbox"/> Opinativo <input type="checkbox"/> Outro	Especificar que outro gênero:
	Houve identificação da autoria?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
	Identificação da autoria	<input type="checkbox"/> Veículo(s) <input type="checkbox"/> Pessoa(s) <input type="checkbox"/> Ambos acima	
	Houve veículo(s) parceiro(s)/colaborador(es)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Qual(is)? <input type="checkbox"/> Reinaldo Azevedo/Band/UOL <input type="checkbox"/> Folha de S.Paulo <input type="checkbox"/> Veja <input type="checkbox"/> El País <input type="checkbox"/> UOL <input type="checkbox"/> Buzzfeed News <input type="checkbox"/> Agência Pública
ABERTURA DE ROTINAS	Houve descrição de método(s) jornalístico(s) e/ou decisão(ões) editorial(ais)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não está claro	Trecho(s)
FONTES PRIMÁRIAS	<input type="checkbox"/> Documento(s) original(is) <input type="checkbox"/> Vídeo(s) <input type="checkbox"/> Transcrição(ões) <input type="checkbox"/> Nenhuma das fontes acima <input type="checkbox"/> Outra(s) fonte(s) primária(s)		

	Especifique que outra(s) fonte(s) primária(s):		
NOTAS DOS EDITORES	<input type="checkbox"/> Explicação de decisão(ões) <input type="checkbox"/> Justificação do uso de fonte(s) anônimas(s) <input type="checkbox"/> Indicação de possível(veis) conflitos de interesse <input type="checkbox"/> Atualização(ões) <input type="checkbox"/> Correção(ões) <input type="checkbox"/> Nenhuma nota <input type="checkbox"/> Outro(s) tipo(s) de nota(s)	Especifique o tipo de nota e o trecho correspondente:	Especificar que outro(s) tipo(s) de nota(s):
			Trecho(s):

4.1 Descrição detalhada das unidades de análise

Conforme a ficha de análise apresentada anteriormente, optamos por dividir as informações buscadas no *corpus* em quatro grandes grupos, sendo o primeiro deles (Identificação da matéria) de criação nossa e os demais extraídos da conceituação de Christofolletti e Becker (2020): *abertura de rotinas*, que aborda o detalhamento de métodos e de decisões editoriais e o compartilhamento deles com o público; *fontes primárias*, que diz respeito ao arcabouço probatório dos conteúdos jornalísticos publicados; e *notas dos editores*, com atualizações e correções dos conteúdos originalmente divulgados pelo *TIB*, entre outras.

A seguir, explicamos os critérios utilizados para as definições de cada item da ficha:

- *Título e data de publicação* – pontos de identificação do texto analisado;
- *Gênero jornalístico* – aqui, optamos por seguir o modelo classificatório proposto por Melo e Assis (2016), para quem:

(...) gênero jornalístico é a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas. (MELO; ASSIM, 2016, p. 49)

Da renomada classificação Marques de Melo, retiramos duas unidades desses gêneros para a nossa ficha de análise, que são tratados como os hegemônicos (predominantes): *informativo* (Nota, Notícia, Reportagem e Entrevista) e o *opinativo* (Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta e Crônica);

- “Houve identificação de autoria?” e “Identificação de autoria” – consideramos que a identificação de autoria dos textos se configura como ação transparente no jornalismo. A ficha aborda, ainda, se a autoria descrita é com nome somente de veículo, somente de pessoa ou ambos;
- *Houve veículo(s) parceiro(s)/colaborador(res)* – aqui, pretendemos identificar se o *TIB* trabalhou com ou sem parceria na produção de determinado conteúdo. Conforme informamos, a série jornalística encabeçada pelo *The Intercept Brasil* contou com a participação de outros veículos da imprensa na parceria em textos ou na produção independente, com base no acervo entregue ao *TIB* por uma fonte anônima. Os veículos parceiros/colaboradores da série foram listados conforme nomenclatura utilizada pelo próprio *TIB* e serão considerados autores no registro da análise;
- *Houve descrição de método(s) jornalístico(s) e/ou decisão(ões) editorial(ais)?* – Aqui, iniciamos a coleta de acordo com definição de Christofolletti e Becker (2020). Entretanto, faz-se necessária uma explicação do motivo da união de “método” e “decisão” numa só unidade. Consideramos que ambas se cruzam e poderiam, caso separadas aqui, causar conflito à análise. Afinal, a escolha de determinado método é inseparável do poder de decisão que a precede. Sponholz

(2008), em estudo empírico com jornalistas brasileiros e alemães sobre a existência e o que seria método jornalístico, escreveu:

Através de certo método, estabelece-se contato com o mundo exterior, ou seja, confronta-se o que já se sabe e/ou o que se pressupõe com a realidade, ou o mundo exterior. No caso do jornalismo, pode-se dizer que um método é utilizado quando as ações ou decisões dos jornalistas seguem uma linha de raciocínio e são planejadas para alcançar determinado objetivo, o que significa que são tomadas de forma consciente. (SPONHOLZ, 2008, p. 57)

São os atos do jornalismo que são aplicados corriqueiramente, sem a necessidade de explicação ou justificação;

- Em “fontes primárias”, Christofolletti e Becker (2020) apresentam uma lista de três itens (*documentos originais, vídeos e transcrições*), às quais acrescentamos outras opções para abarcar as demais fontes possíveis. Na classificação definida por Lage (2001), fonte primária constitui a fonte essencial para que um jornalista construa uma matéria. Uma característica importante é sua proximidade com a gênese de um fato, uma informação. Aqui, os documentos originais serão considerados, apenas, os que sejam destacados em imagens ou disponibilizados, na íntegra, através de link, além de terem relação direta com o foco da reportagem. Como a base da série é em conversas privadas, consideraremos transcrições a reprodução dessas conversas;
- Em “notas dos editores”, os autores supramencionados já apresentam uma relação de possíveis manifestações nos conteúdos jornalísticos. Aqui, cabem algumas explicações: vamos considerar “conflitos de interesse” as situações em que o *The Intercept Brasil* descreve com clareza que, na apuração ou no relato jornalístico, há confronto entre sua política editorial e o assunto ou os personagens abordados; vamos considerar “correção” as retificações do *TIB* ao conteúdo publicado, e não correção de grafia nos diálogos dos arquivos entregues pela fonte anônima.

5 ANÁLISES

Dos 38 textos publicados e selecionados por nós para compor o *corpus* deste estudo, 9 ficaram de fora da análise de conteúdo a qual nos propomos desenvolver para cumprir os objetivos descritos anteriormente. O motivo é que esses materiais não constituem reportagens e, sim, outras tipificações dentro do gênero jornalístico.

O *TIB* abriu a série de reportagens sobre os bastidores da operação e força-tarefa da Lava Jato, no dia 9 de junho de 2019, com uma nota dos editores justificando a publicação dos conteúdos baseados em conversas privadas de autoridades brasileiras. A primeira parte, “#1 As mensagens secretas da Lava Jato” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019), trata-se de um editorial sob responsabilidade de Glenn Greenwald (cofundador do site e, à época, editor), Betsy Reed (então editora-chefe) e Leandro Demori (à época, editor executivo).

O texto situa o leitor sobre o contexto político contemporâneo da Lava Jato no Brasil, quando as consequências de investigações oficiais levaram à condenação de figuras políticas e empresariais importantes em nível nacional. Um destaque foi dado a dois integrantes dos órgãos investigativos/acusatórios e julgadores: Deltan Dallagnol, então procurador do Ministério Público Federal, e o juiz federal Sérgio Moro, que já estava fora do Poder Judiciário quando do início da série jornalística.

Glenn, Betsy e Leandro explicaram no editorial a origem do material gerador das investigações e publicações do *TIB* e as bases que nortearam a decisão de levar tudo ao conhecimento do público. “Informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa investigação” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019).

É, também, nesse editorial que a equipe do *The Intercept* apresenta algumas decisões jornalísticas tomadas para a execução da série e métodos empregados para blindar todo o trabalho de apuração e fortalecer a confiança dos leitores. Nesse aspecto, a descrição do *TIB* já se associa com o conceito de transparência editorial/jornalística adotada por nós.

Ao destacar o extenso volume de dados brutos capturados por uma fonte anônima e entregues ao jornalista Glenn Greenwald, os editores contaram que foi preciso fazer julgamentos sobre o que divulgar e o que manter desconhecido da sociedade.

Ao fazer esses julgamentos, empregamos o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo: as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas. (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019)

Outros métodos explicitados na nota dos editores do site tratam de medidas tomadas pela equipe para proteger os dados recebidos de autoridades que, eventualmente, pudessem dificultar ou impedir as publicações oriundas da apuração jornalística. O *TIB* ainda esclareceu que não entrou em contato com citados antes das publicações, apenas após as matérias irem a conhecimento público.

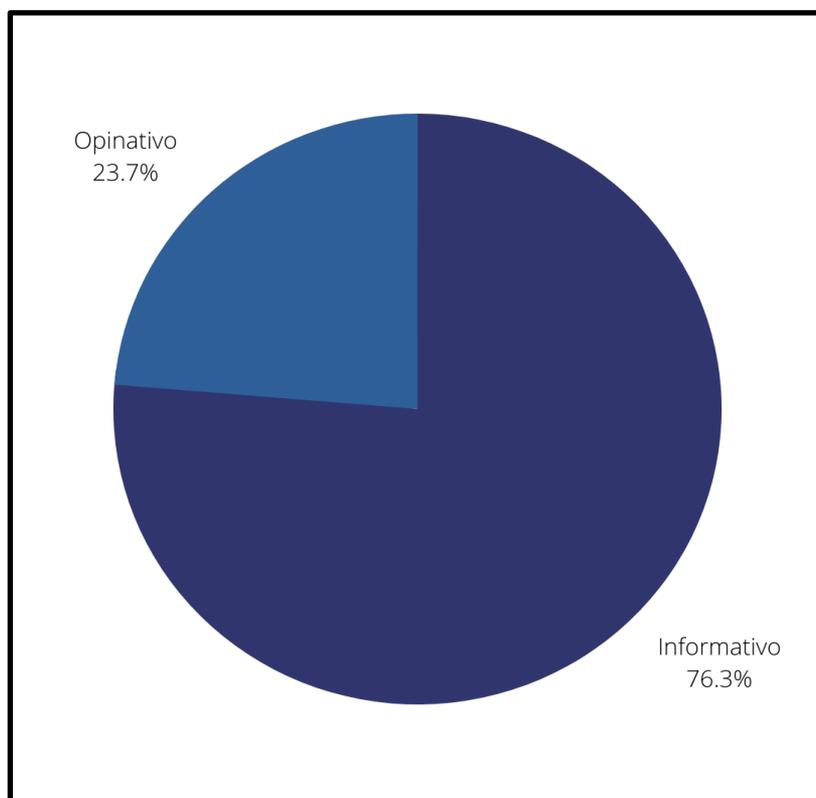
Tendo em vista o imenso poder dos envolvidos e o grau de sigilo com que eles operam – até agora –, a transparência é crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que eles realmente fizeram. A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras. (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019)

Dos 38 textos extraídos, inicialmente, para compor o *corpus* desta pesquisa, 9 (já incluído o editorial de abertura da série jornalística) não se configuraram como reportagem, embora o *The Intercept Brasil* use o termo “artigo” para se referir aos conteúdos da série, indiscriminadamente. Tratam-se de textos opinativos, a saber:

- #1 As mensagens secretas da Lava Jato (*TIB*, 09/06/2019) - justifica por que o site está publicando conteúdo oriundo de conversas privadas de autoridades e o método jornalístico empregado na série;
- #5 Leia os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept (*TIB*, 09/06/2019) -
- #8 A quem interessa a narrativa dos ‘hackers criminosos’ na #VazaJato (*TIB*, 17/06/2019);

- #11 Antes de serem alvos de vazamentos, Deltan e Lava Jato celebravam direito de jornalistas publicarem informações vazadas ilegalmente (*TIB*, 22/06/2019);
- #12 Anunciamos nossa parceria jornalística com a Folha no arquivo da Vaza Jato – e as impropriedades reveladas na primeira reportagem conjunta com o jornal (*TIB*, 23/06/2019);
- #16 Intercept e Veja publicam reportagem de capa que mostra impropriedades em série – e inéditas – de Sergio Moro na Lava Jato (*TIB*, 05/07/2019);
- #22 Como o Intercept Brasil confirma a identidade das pessoas que aparecem nos chats da #VazaJato (*TIB*, 08/07/2019);
- #27 As provas de que os chats são autênticos agora vêm de diversos veículos de comunicação – são definitivas e esmagadoras (*TIB*, 15/07/2019);
- e #41 A reação do governo Bolsonaro contra a Vaza Jato mostra por que nossas reportagens sobre o arquivo secreto são tão vitais (*TIB*, 28/07/2019).

Gráfico 2 - Divisão dos textos entre predominantemente opinativos ou predominantemente informativos



Fonte: Autor

Esses textos predominantemente opinativos (23,7% do *corpus* inicial) evocam, com frequência, o atributo da transparência no desenvolvimento de uma construção argumentativa de defesa da série e dos profissionais que trabalharam nela.

No Intercept, sempre trabalhamos com o princípio de máxima transparência possível. Isso significa que colocamos links para fontes primárias, explicamos por que — excepcionalmente — preservamos a identidade de algumas das nossas fontes e sempre lutamos para publicar os documentos que embasam nossas investigações. (THE INTERCEPT BRASIL, 2019)

Junto da bandeira da transparência, o compartilhamento de alguns métodos empregados na “#VazaJato” estão presentes nesse grupo de publicações que extraímos do *corpus*, tais como:

- decisão sobre não falar da fonte: “Nós não falamos sobre nossa fonte. Nunca. Já imaginou se toda a imprensa entrasse numa cruzada para tentar descobrir as fontes das reportagens de todo mundo?” (DEMORI; GREENWALD, 2019);
- notas de informação adicional/explicação, de atualização sobre a versão de citados, de supressão de informações privadas e de correção;
- justificativa sobre a necessidade de parcerias na exploração do material bruto: “Decidimos compartilhar esse material com outras redações e jornalistas [...] porque nossa prioridade é informar o público da maneira mais confiável, justa e completa [...] (DEMORI; GREENWALD, 2019a);
- manutenção de erros de grafia nos *chats* publicados.

O TIB resumiu assim como conseguiu verificar que o material enviado pela fonte era confiável para servir de base para conteúdo jornalístico:

Nós pudemos confirmar a autenticidade do material usando os mesmos métodos usados por pelo menos seis outros veículos jornalísticos, muitos dos quais usamos no passado para autenticar o arquivo Snowden. Esses métodos incluem comparar o conteúdo do arquivo a materiais e eventos privados para determinar se são genuínos; consultar fontes com conhecimento privado do conteúdo do arquivo; confirmar com juristas e especialistas da área que os documentos altamente complexos e não públicos só poderiam ter sido criados

por alguém com conhecimento interno da operação Lava Jato. Também pudemos ver nos chats vazados as conversas dos procuradores com nossos repórteres, e verificamos que são de fato reais. Assim como nós, os demais veículos que tiveram acesso ao material fizeram a mesma verificação. (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019a)

Nos editoriais, ainda fica clara a preocupação da equipe em reportar as conversas vazadas das autoridades ligadas à força-tarefa da Lava Jato com a máxima correção possível. “Temos perfeita compreensão da gravidade do conteúdo revelado nos diálogos que estamos reportando e que erros ou incorreções ferem a credibilidade do Intercept, das reportagens e inclusive a nossa” (MARTINS; DEMORI, 2019).

Isto posto, passaremos a descrever a análise das reportagens da série, com foco nos indicadores de transparência.

5.1 Transparência na “#VazaJato”

As reportagens da série “#VazaJato”, do *The Intercept Brasil*, em sua maioria, abordam situações e comportamentos das autoridades explicitados nos *chats* privados que compõem o grande arquivo entregue por uma fonte anônima. São relatos sobre questões do passado da Operação e Força-tarefa Lava Jato, que os editores do *TIB* consideraram de forte interesse público de que fossem revelados. A principal fonte primária é, portanto, essas conversas pelo aplicativo de mensagens *Telegram*, que incluem também áudios, *links*, vídeos, documentos, entre outros.

Reforçar o acesso dos jornalistas e do veículo ao que foi conversado no sigilo entre autoridades parece ter sido um dos objetivos principais dos editores envolvidos na “#VazaJato”. Tanto que, como método não compartilhado no editorial inicial, os títulos das reportagens são compostos por trechos das conversas. Frases curtas, entre aspas, que estimulam ou aguçam a curiosidade do leitor. Foi assim em 25 das 29 produções que analisamos e que compuseram o *corpus* definitivo deste estudo. Destacamos, em negrito, as que não usaram declarações extraídas dos *chats* na relação abaixo:

- #2 ‘Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!’ (*TIB*, 09/06/2019);
- #3 ‘Até agora tenho receio’ (*TIB*, 09/06/2019);
- #4 ‘Não é muito tempo sem operação?’ (*TIB*, 09/06/2019);
- #7 ‘A defesa já fez o showzinho dela’ (*TIB*, 14/06/2019);

- #9 ‘Tem alguma coisa mesmo séria do FHC?’ (*TIB*, 18/06/2019);
- #20 ‘Caraaaaaca’ (*TIB*, 07/07/2019);
- **#23 Um mês de #VazaJato: ouça agora áudio inédito dos arquivos do Intercept Brasil** (*TIB*, 09/07/2019);
- #25 ‘400k’ (*TIB*, 14/07/2019);
- #34 ‘e agora, José?’ (*TIB*, 21/07/2019);
- **#35 MPF requer arquivamento de ações que tentam impedir continuação da Vaza Jato. Uma delas é de deputado do PSL** (*TIB*, 26/07/2019);
- #36 ‘Isso é um pepino pra mim’ (*TIB*, 26/07/2019);
- #37 ‘o risco tá bem pago rs’ (*TIB*, 26/07/2019);
- #43 ‘consegue ainda o endereço do Toffoli?’ (*TIB*, 1º/08/2019);
- #52 ‘vou te pedir pra ser laranja em outra coisa’ (*TIB*, 12/08/2019);
- #57 ‘Olhada informal’ (*TIB*, 18/08/2019);
- #60 ‘sigilo total’ (*TIB*, 26/08/2019);
- #61 ‘vazamento seletivo ...’ (*TIB*, 29/08/2019);
- #63 ‘seria facilmente eleito’ (*TIB*, 03/09/2019);
- #69 ‘Intercepta ela’ (*TIB*, 11/09/2019);
- **#76 Uma mão lava a outra (a jato)** (*TIB*, 21/09/2019);
- #83 ‘Vamos criar distração’ (*TIB*, 14/10/2019);
- #85 ‘Russo deferiu uma busca que não foi pedida por ninguém’ (*TIB*, 19/10/2019);
- #95 ‘Tentemos ser generosos rs’ (*TIB*, 20/01/2020);
- #96 ‘EUA estão com a faca e o queijo na mão’ (*TIB*, 12/03/2020);
- #99 ‘É MTO LIGADO AO PT’ (*TIB*, 27/04/2020);
- **#102 Fachin defendeu Moro como nem Dallagnol foi capaz de fazer** (*TIB*, 05/08/2020);
- #103 ‘FOI PASSADO EM OFF’ (*TIB*, 10/08/2020);
- e #105 ‘PRECISAMOS DE UM CORINGA’ (*TIB*, 13/10/2020).

Com frequência, esses textos fazem referência aos princípios editoriais norteadores da série, de que tratamos no tópico anterior deste capítulo, e que constituem numa declaração aberta ao público de compromisso do veículo e dos profissionais com a

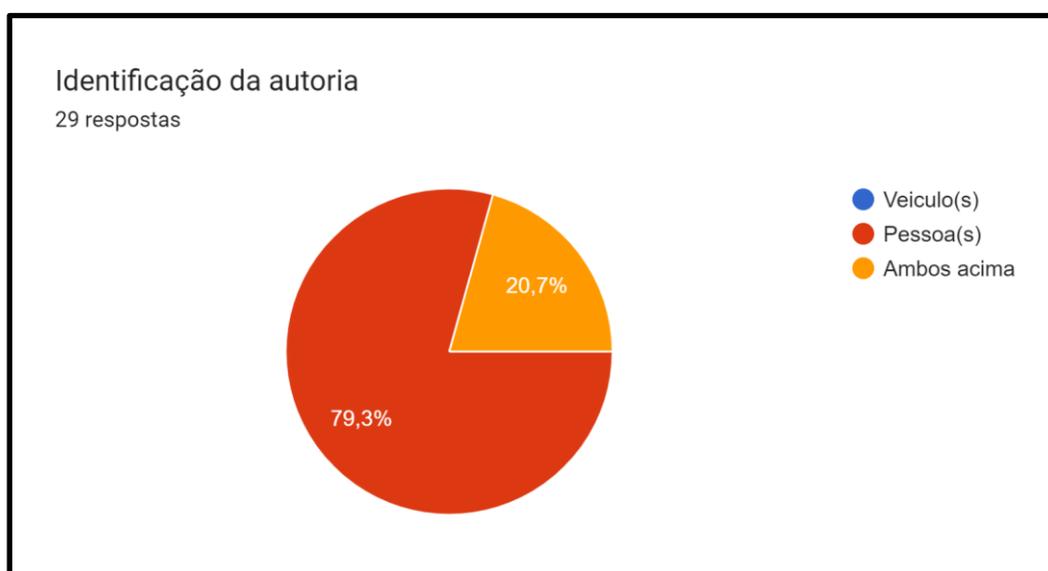
transparência editorial. Também destoam do padrão hegemônico de texto jornalístico na imprensa tradicional brasileira, com muitos posicionamentos opinativos, adjetivações e forte argumentação com o intuito de realçar as contradições das autoridades.

Para a análise das matérias jornalísticas, transformamos a tabela oriunda da metodologia deste estudo em um formulário eletrônico na plataforma *Google Forms*, que facilita o gerenciamento de pesquisas.

5.1.1 Identificação da matéria

Todas as reportagens do *corpus* apresentaram título e data de publicação. Foram publicados 23 textos em 2019 e 6 em 2020. A maior parte deles ficou concentrada nos quatro primeiros meses da série: 21 no total. Todos também trouxeram identificação clara da autoria.

Gráfico 3 - Composição da identificação da autoria das reportagens



Fonte: Autor (reprodução/*Google Forms*)

O gráfico acima aponta que o *TIB* identificou com os nomes dos autores 100% das reportagens. Em algumas delas, ainda adicionou o veículo parceiro. O site não só compartilhou com o público leitor os nomes dos responsáveis pela apuração (profissionais e/ou veículos) como também apresentou fotografias e endereços de e-mail

para contato, como mostram as imagens abaixo. **Reportagens bem identificadas são consideradas, segundo nossa análise, como um forte indicador de transparência no jornalismo.**

Figura 6 - Identificação de autoria no início das reportagens



Fonte: Reprodução da reportagem “#2 ‘Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!’” (TIB, 09/06/2019)

Figura 7 - Contato com os autores ao fim das reportagens



Fonte: Reprodução da reportagem “#2 ‘Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!’” (TIB, 09/06/2019)

Das 6 produções realizadas em parceria com outros veículos, 5 aconteceram com a *Folha de S. Paulo*, que foi a segunda⁷⁴ empresa jornalística anunciada a compor o consórcio da “#VazaJato”. Desse grupo, a colaboração veio expressa através da logomarca da *Folha* próxima dos autores do texto em 4 publicações. Na quinta, o *TIB* a revelou dentro do texto da reportagem: “As revelações, que publicamos em parceria com o jornal *Folha de S. Paulo*, estão em um arquivo de documentos fornecidos exclusivamente ao Intercept por uma fonte anônima” (DEMORI; FISHMAN; AUDI, 2019). A outra parceria identificada por nós foi com a *Agência Pública*.

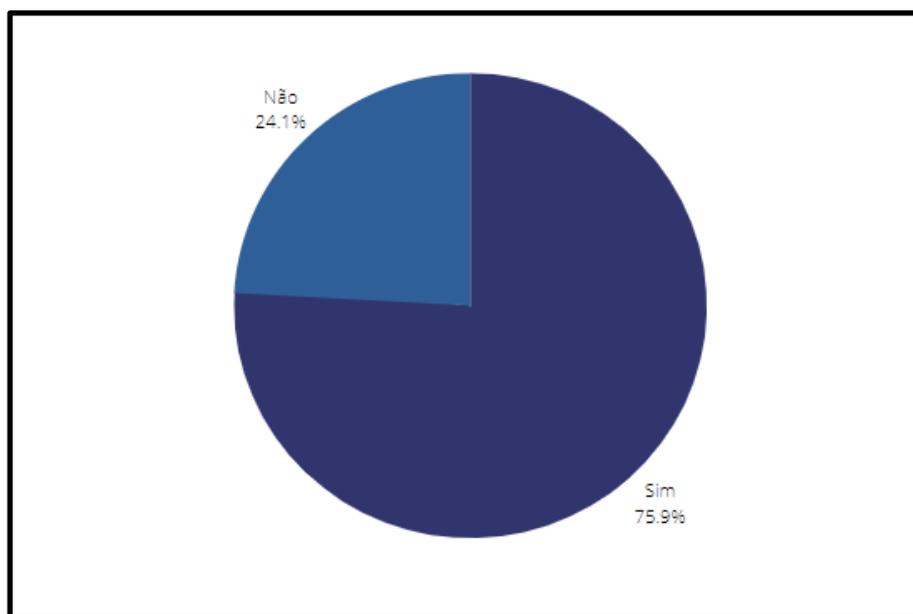
Saber quem se debruçou sobre milhares de mensagens das conversas, apurou informações, cruzou dados, escreveu e se responsabilizou pelas matérias, dando nome e rosto a cada autor (incluindo as marcas dos veículos parceiros) atribui à série credibilidade e dá ao público forte sensação de que seu conteúdo é crível, pois, do contrário, ninguém correria o risco de sofrer as sanções mais variadas caso não houvesse rigor e o compromisso ético esperados dos jornalistas. Não identificamos textos originais do *TIB* em parceria com os outros veículos associados no período analisado.

5.1.2 Abertura de rotinas

A segunda seção da tabela de análise tratou da “abertura de rotinas”, onde deveríamos investigar se o *Intercept* descreveu algum método jornalístico ou decisão editorial na cobertura. **Em 75,9% dos textos, o veículo expôs métodos que utilizou ou decisões tomadas para reportar o conteúdo da #VazaJato.**

⁷⁴ A primeira parceira do *The Intercept Brasil* na série foi descrita assim: *Reinaldo Azevedo/Band/UOL*. Foram 13 conteúdos publicados no total.

Gráfico 4 -” Houve descrição de método(s) jornalístico(s) e/ou decisão(ões) editorial(ais)?”



Fonte: Autor

Considerando método como um processo sistemático e, portanto, repetitivo, verificamos que a versão brasileira do site *The Intercept* cumpriu, com algumas ressalvas, com o anunciado no editorial que abriu a série “#VazaJato”.

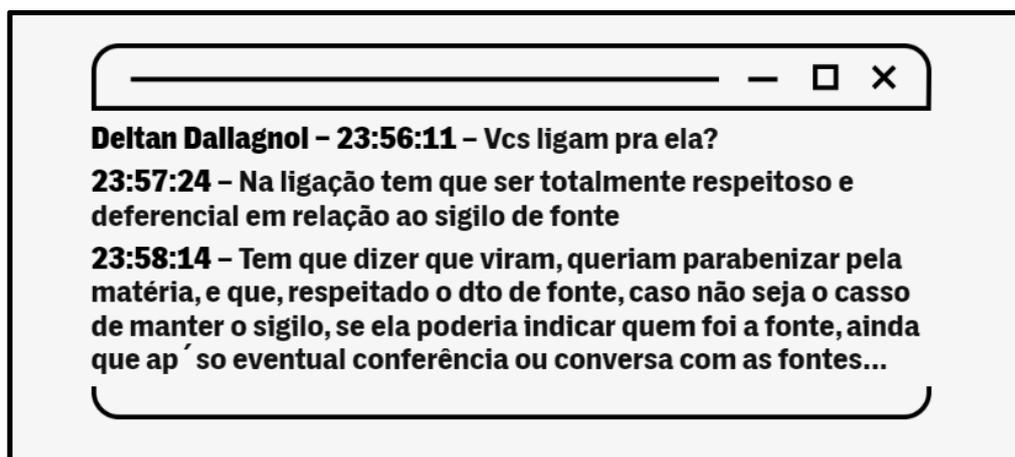
Como processo jornalístico, o *TIB* decidiu suprimir nomes e informações puramente privadas dos citados, destacando, apenas, as que considerou de interesse público; também tomou medidas para coibir que os envolvidos pudessem impedir as publicações, como não compartilhar o material bruto nem solicitar notas antes das reportagens irem ao ar na internet; o site ainda se comprometeu a atualizar os textos sempre que os comentários das pessoas mencionadas fossem remetidos à redação. Alguns trechos exemplificam bem isso:

- "Por não conseguirmos confirmar se o nome citado é de uma pessoa pública ou não, preferimos suprimi-lo." (MARTINS *et al.*, 2019);
- “Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens, para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação (...).”(MARTINS; DE SANTI; GREENWALD, 2019);

- “Eventuais comentários serão publicados se forem enviados ao Intercept.”
(GREENWALD *et al.*, 2019).

Outras descrições de métodos/decisões dentro das reportagens analisadas incluem informações sobre manutenção dos textos originais dos *chats*, ainda que com erros; período de tempo e/ou número de tentativas de entrar em contato com as pessoas citadas; perguntas que foram enviadas aos mencionados; e alterações na disposição das informações extraídas dos *chats* das autoridades para ilustrações nas matérias da série. "Para facilitar a leitura e a compreensão, o Intercept identifica os interlocutores antes do horário das mensagens, usando sempre o nome completo e em seguida apenas o sobrenome. Em seguida, apagamos o nome que antecede as mensagens" (NEVES; MARTINS, 2019).

Figura 8 - Arte gráfica do *TIB* para representar os chats originais



Fonte: Reprodução da reportagem “#3 ‘Até agora tenho receio’ - TIB, 09/06/2019)

O *The Intercept* também relatou na reportagem “#36 ‘Isso é um pepino pra mim’” (TIB, 26/07/2019) que chegou a retardar sua publicação por não ter recebido resposta aos questionamentos do procurador do MPF, Deltan Dallagnol.

Deltan Dallagnol pediu um prazo adicional de 24 horas para responder aos fatos apresentados nesta reportagem – ela estava programada para ser publicada ontem, quinta-feira –, se comprometendo a falar com os repórteres.

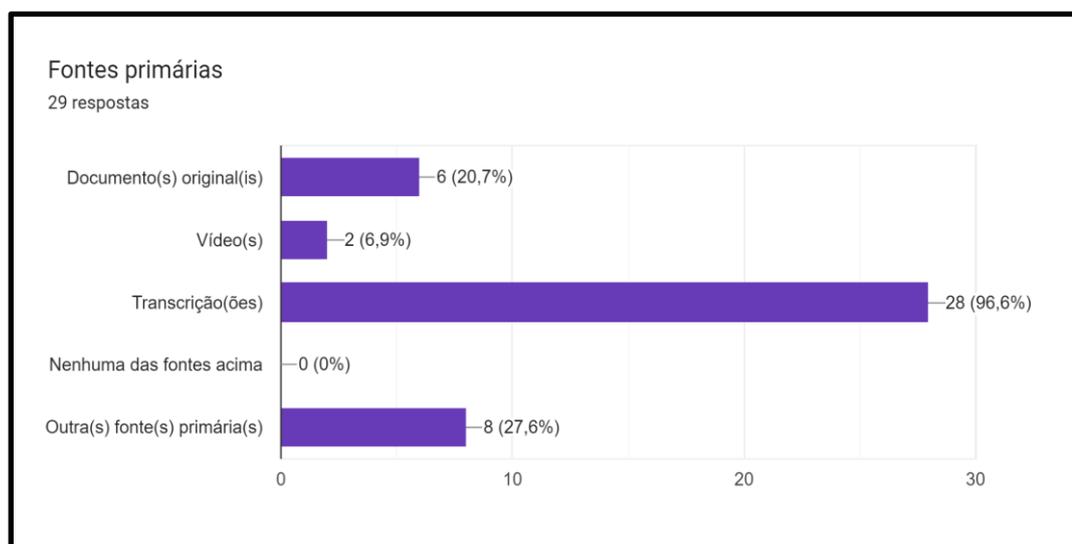
Nós aceitamos o pedido dele. Em seguida, ele mudou de ideia e se recusou a conversar com os profissionais do Intercept, aceitando apenas responder às perguntas da Folha. (AUDI; DEMORI; MARTINS, 2019)

Ao dividir com os leitores que alterou um calendário programado interno de publicações, o *TIB* deixou escapar também que, por vezes, contradisse o método que narrou no principal editorial da série “#VazaJato”, sobre não solicitar comentários de citados antes de publicar as reportagens. Os autores da reportagem não explicaram o motivo da concessão.

5.1.3 Fontes primárias

Como não poderia ser diferente, o uso das conversas privadas que compõem o arquivo da série de reportagens foi a principal fonte primária do trabalho jornalístico do *Intercept*. Foi o que mostrou a análise da terceira seção da tabela utilizada em nossa metodologia. Os *chats* foram a base do conteúdo reportado em quase a totalidade do grupo de textos que investigamos.

Gráfico 5 - Seção sobre fontes primárias da análise



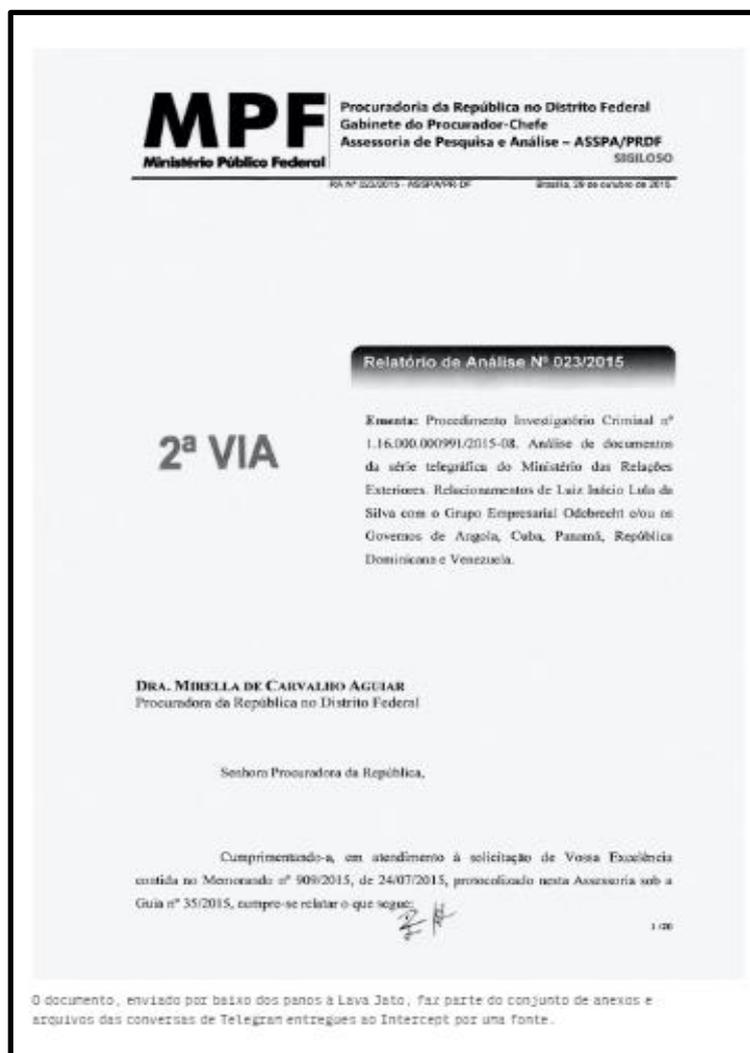
Fonte: Autor (reprodução/*Google Forms*)

As discussões travadas, as impressões e os medos compartilhados, as celebrações exaltadas, as estratégias elaboradas, as discordâncias e concordâncias, algumas opiniões ácidas apresentadas, em suma, muito do que foi alimentado no aplicativo de mensagens *Telegram* serviu de prova para que o *TIB* e parceiros pudessem, evocando o princípio da transparência e o interesse público, “jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019).

Além das transcrições, em seis das reportagens foram utilizados documentos originais extraídos do arquivo do *Telegram*, como em “#103 ‘FOI PASSADO EM OFF’ (*TIB*, 10/08/2020)”. O autor do texto contou que procuradores de Curitiba tiveram acesso a uma investigação sigilosa antes da autorização formal de compartilhamento. “Semanas antes da condução coercitiva de Lula⁷⁵, os procuradores de Curitiba obtiveram a cópia de uma apuração que, oficialmente, só seria compartilhada um mês depois por colegas do Ministério Público Federal no Distrito Federal” (NEVES, 2020). No *chat* do *Telegram*, o arquivo foi distribuído quase um mês antes de os procuradores da força-tarefa de Curitiba serem oficialmente autorizados a acessá-lo.

⁷⁵ O ex-presidente Lula foi levado contra sua vontade de casa até uma sala no aeroporto paulista de Congonhas, mediante autorização judicial, para se apresentar a autoridades policiais em março de 2016. O caso também gerou polêmica. O principal argumento contrário à medida do juiz Sérgio Moro era que o uso da condução coercitiva só se justificaria em caso de negativa de Lula aos chamados da Polícia Federal.

Figura 9 - Documento de investigação sigilosa ao qual procuradores tiveram acesso sem permissão oficial



Fonte: Reprodução/*The Intercept Brasil*

Também encontramos na análise o uso de vídeos em duas das reportagens do *corpus*, em “#4 ‘Não é muito tempo sem operação?’” (*TIB*, 09/06/2019) e “#36 ‘Isso é um pepino pra mim’” (*TIB*, 26/07/2019). Na primeira, um vídeo foi utilizado para questionar a afirmação do então juiz Sérgio Moro de que não orientava o Ministério Público Federal, agindo como uma autoridade investigadora. Na outra, a peça audiovisual foi apresentada para provar que Deltan Dallagnol, procurador do MPF e coordenador da Lava Jato no MPF, recebeu pagamento por uma palestra proferida a uma empresa investigada pela própria operação.

Figura 10 - Vídeo da NeoWay, empresa investigada, em que aparece Deltan



Fonte: reprodução/*The Intercept Brasil*

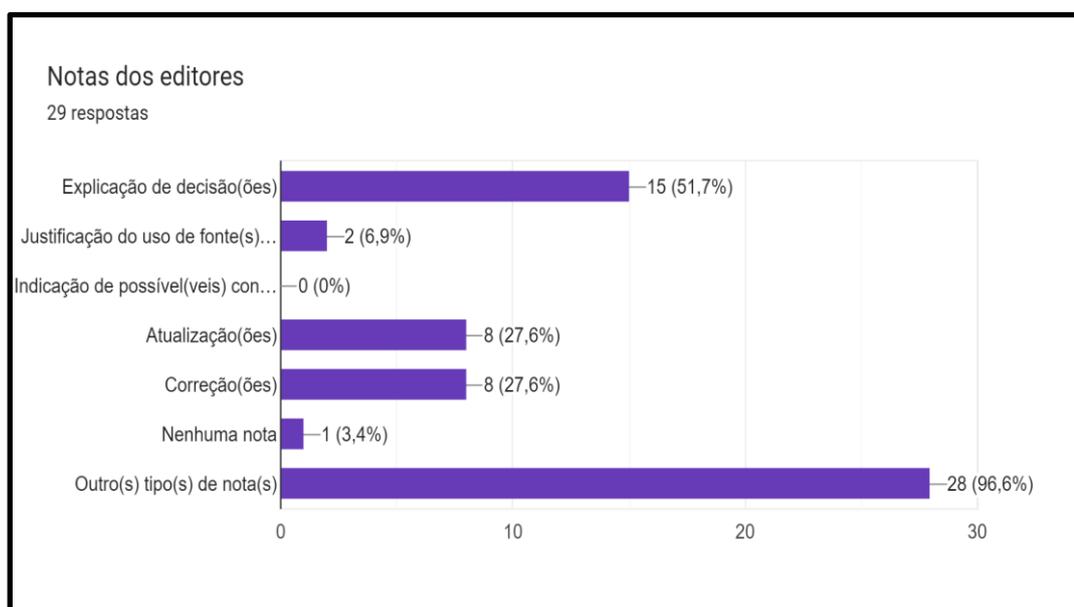
Outras fontes utilizadas como suporte nos relatos dos repórteres do *Intercept* e que encontramos durante a análise são:

- reprodução da capa de um jornal de circulação nacional para provar que Dallagnol vazou informações para veículos de imprensa para pressionar suspeitos na investigação;
- áudios extraídos dos *chats* e legendados no YouTube com as vozes de procuradores do MPF;
- e reproduções de redes sociais digitais das autoridades para expor contradições.

5.1.4 Notas dos editores

O último ponto que examinamos trata-se das notas dos editores, em que, de acordo com o conceito de Christofolletti e Becker (2020), cinco aspectos são mais frequentes, se relacionarmos com a transparência: explicação de decisão, justificação de uso de fonte anônima, conflitos de interesse, atualização e correção.

Gráfico 6 - Notas dos editores



Fonte: Autor (reprodução/Google Forms)

Como mostra o gráfico acima, não identificamos descrição de conflito de interesse, quando jornalistas ou veículos devem se posicionar claramente suspeitos de relatar determinado fato.

Atualizações e correções apareceram em oito reportagens cada. O *TIB*, por padrão, apresentou essas notas ao fim dos textos, indicando a data e o horário em que cada uma foi adicionada. Em “#52 ‘vou te pedir pra ser laranja em outra coisa’” (*TIB*, 12/08/2019), as duas estiveram presentes. O *TIB* corrigiu o horário de uma mensagem extraída do *chat* do arquivo da “#VazaJato” e apagou um nome duplicado de pessoa. Na nota de atualização, os autores acrescentaram mais informações à reportagem para trazer clareza quanto às afirmações.

Figura 11 - Nota de correção e atualização da série

'VOU TE PEDIR PRA SER LARANJA EM OUTRA COISA'	'Não me citeem como origem'	'Um jeito elegante de pressionar'	'Eu já estava falando com os movimentos'
<p>Correção: 12 de agosto de 2019, 00h50.</p> <p><i>Na primeira versão deste texto o nome com que o procurador Deltan Dallagnol é identificado nos chats (Deltan) aparecia ao lado de duas mensagens, conforme os arquivos originais. Para facilitar a leitura e a compreensão, o Intercept identifica os interlocutores antes do horário das mensagens, usando sempre o nome completo e em seguida apenas o sobrenome. Em seguida, apagamos o nome que antecede as mensagens. Nesses dois casos, ele não havia sido apagado. O erro foi corrigido.</i></p> <p>Atualização: 12 de agosto de 2019, 13h10.</p> <p><i>Uma versão anterior desse texto afirmava que o ministro do STF Celso de Mello não contava com a simpatia da força-tarefa, o que não estava nos diálogos publicados inicialmente. O texto original também não explicava por que o ministro Marco Aurélio era considerado por Dallagnol como uma má opção para a relatoria, apesar de não fazer parte da 2a turma do STF, de onde surgiria o novo relator. Acrescentamos mais informações ao texto para tornar mais claro o posicionamento da força-tarefa em relação à possibilidade de um desses ministros assumirem a relatoria dos casos da Lava Jato.</i></p> <p>Correção: 13 de agosto de 2019, 13h30.</p> <p><i>O horário da primeira mensagem enviada pelo Assessor 1 a Deltan Dallagnol em 28 de Janeiro de 2018 foi publicado como sendo o mesmo do início da conversa entre eles no dia anterior. Ele foi corrigido conforme os chats originais.</i></p>			

Fonte: reprodução/*The Intercept Brasil*

O *TIB* justificou, em duas oportunidades dentro do grupo de reportagens aqui analisado, o uso da fonte anônima de quem recebeu o arquivo com vazamento das conversas de autoridades ligadas à operação e força-tarefa Lava Jato. Exemplo do uso dessa nota de editor está em “#63 ‘seria facilmente eleito’” (*TIB*, 03/09/2019). Ao responder a um comentário enviado pela assessoria de imprensa do então procurador Deltan Dallagnol com a acusação de que o *TIB* estaria distorcendo o contexto das conversas, os autores da reportagem, Rafael Moro Martins e Rafael Neves (2019), justificaram:

Ao contrário do que acusa o procurador, o Intercept lembra que o arquivo da Vaza Jato foi entregue por uma fonte anônima, o que é lícito e legítimo no jornalismo, e que trabalha para que elas sejam reportadas dentro do contexto

adequado. Clique aqui para saber mais sobre os critérios editoriais do Intercept que levaram à publicação das mensagens. (MARTINS; NEVES, 2019)

As reportagens ainda trouxeram explicação de decisões editoriais por, pelo menos, quinze vezes, o que representa sua presença em pouco mais da metade dos textos analisados (51,7%). A totalidade são notas em que se explica a supressão de nomes de pessoas e gênero de palavras para não identificar sobre quem se trata. Geralmente, pessoas que não são de interesse público, segundo o site.

Outras notas⁷⁶, que não as listadas por Christofolletti e Becker (2020), também foram mapeadas em nossa análise, a maioria com uso de legendas. Temos os exemplos abaixo (entre outros):

- quando o *TIB* traduziu siglas e expressões para melhor compreensão do texto;
- quando explicou de que se tratavam outras investigações oficiais citadas nos *chats*;
- quando traduziu palavras/expressões oriundas de jargões profissionais ou ditados populares ou de outros idiomas;
- quando identificou o papel de cada pessoa presente nas conversas do *Telegram*;
- quando explicou detalhes, como horários de mensagens enviadas/encaminhadas;
- quando o *TIB* compartilhou com o público leitor que não encontrou arquivos/anexos/imagens/áudios nos *chats*;
- adição de crédito adicional de profissional colaborador nas reportagens;
- declaração de insucesso na apuração;
- descrição de bastidores do trabalho jornalístico.

Os dados da Análise de Conteúdo sobre a transparência da “#VazaJato” apontam para o uso de ferramentas diversas nos relatos dos fatos da série e que constituem uma robusta estratégia, às vezes compartilhada claramente com a audiência (editoriais) e, em outras, subentendidas (diluídas nas reportagens). **Identificamos todos os indicadores**

⁷⁶Não nos aprofundaremos nessas outras notas, pois não compõem o foco deste estudo e por não possuírem categoria previamente definida que as enquadre.

dispostos em nossa tabela de análise, organizada a partir do conceito de Christofolletti e Becker (2020)

A nosso ver, seu uso tem uma intenção primordial: confrontar críticas das autoridades flagradas em desvios éticos e apoiadores. Como consequência óbvia, ao retirar a nebulosidade sobre o trabalho de investigação jornalística, o *TIB* cede ao público provas de que fez um trabalho sério e responsável, além de confiável. Outras reflexões, abordamos nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que percorremos neste estudo foi pensado para colocar em evidência a transparência dentro do campo do jornalismo, que se configura, em nossa visão, numa mudança de cultura ainda incipiente, pois sequer conceituada robusta e pacificamente. Ela é apontada como uma importante aliada no enfrentamento das crises que atingem a imprensa no mundo e um reforço na luta pela reconquista de espaços perdidos no imaginário popular quanto à importância do jornalismo para as sociedades que sustentam democracias. Isto posto, passamos a compartilhar alguns comentários e algumas reflexões sobre o objeto de estudo deste trabalho.

Sob vários aspectos, a série jornalística comandada pelo *The Intercept Brasil* se destaca em meio às produções às quais os brasileiros acessam com mais facilidade pelos veículos tradicionais da imprensa no Brasil: quer pela cobertura encabeçada exclusivamente por um site de fundação relativamente recente, em detrimento dos grandes veículos hegemônicos, há décadas; quer pelo modo de narrar, com forte poder argumentativo e tons de sarcasmo; ou pela robustez de provas; ou pelo consórcio formado com empresas concorrentes que acessaram ao mesmo material bruto exclusivo. Ainda, pela volta da figura do *whistleblower*⁷⁷ alimentando o jornalismo, como no caso do ex-consultor da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês), Edward Snowden, que revelou ao mundo que chefes de Estado eram espionados pelo governo dos Estados Unidos, a exemplo da então presidenta brasileira Dilma Rousseff.

No entanto, toda essa base de sustentação firme para o relato de um fato contando a favor do *Intercept* e veículos parceiros, os profissionais se viram na obrigação de lançar mão de um coringa, que, como vimos, anda em alta em todas as relações humanas atualmente: a transparência. É que o Brasil, quando do lançamento do material na internet, em 2019, ainda estava submerso numa grande crise política e suas reverberações incontáveis na sociedade. Com o povo dividido, basicamente, entre direita e esquerda no campo político-ideológico, e num ambiente de desinformação descontrolada, os

⁷⁷ Informante que, tomando conhecimento de ato ilícito, o denuncia. O termo veio do inglês (“assoprador de apito”, em tradução livre), em referência aos policiais britânicos que emitiam um som para comunicar crimes a colegas.

profissionais precisaram, com frequência, sair em defesa do trabalho jornalístico. E não só em suas redes sociais privadas na internet, palestras ou outras declarações públicas.

Nas publicações da série, a defesa do jornalismo investigativo e dos princípios norteadores da cobertura jornalística é comum de ser encontrada. Se não for o único, a série de reportagens do *Intercept* é um dos raros trabalhos jornalísticos desenvolvidos no Brasil sobre a Lava Jato que tem relação com o jornalismo investigativo. Antes, o que se viu foi jornalismo sobre investigação. Questionada por poderosos e atacada por ameaças de punição que colocavam em risco até os alardeados direitos constitucionais do sigilo de fonte e da liberdade de imprensa nesta jovem República sul americana, o jornalismo do *TIB* precisou expor técnicas internas da redação e decisões editoriais.

Nascido na “era da transparência” (SIFRY, 2011), o *The Intercept* já abria ao público informações geralmente mais fechadas para esse tipo de organização empresarial há até pouco tempo, como: quem financia, regras internas, prioridades de abordagens, expertise dos jornalistas, objetivos, entre outras. Na “#VazaJato”, porém, esse leque teve de ser ampliado.

Do arquivo vazado pela fonte anônima contendo conversas privadas, sobretudo de autoridades investigativas, acusatórias e julgadoras, além de documentos, o *TIB* não tratou somente de reportar histórias seguindo certas lógicas e técnicas do jornalismo. Para combater críticas e ameaças de integrantes do MPF, de congressistas (deputados federais e senadores da República), de Sérgio Moro e de apoiadores da Lava Jato, precisou se defender. E a transparência foi a arma principal.

A série abriu aos leitores métodos e decisões internas, publicou conversas inteiras quase brutas, descreveu passo a passo de investigações, destacou erros e suas correções, alterou as publicações para atualizar a audiência sempre que um comentário importante era remetido aos autores. A transparência foi grande aliada para sanar dúvidas e questionamentos infundados, enfraquecendo críticas levianas e, conseqüentemente, de acordo com o que acreditamos, contribuindo com a credibilidade do conteúdo. As acusações recuaram e ilações lunáticas se restringiram às reproduções robóticas dos comentários das principais pessoas citadas de que os jornalistas do *TIB* participaram do crime de invasão cibernética, de que alteraram contextos nas reportagens e/ou de que as

mensagens poderiam ter sido manipuladas. A tática não serviu para impedir os impactos sociais que o trabalho trouxe, sobretudo, na Justiça brasileira.

Consideramos que, na cobertura jornalística em tela, a “#VazaJato”, as decisões no sentido de colocar em evidência os bastidores das produções contribuíram para uma maior aceitação da sociedade, do crescimento da repercussão e da importância política atribuída que se esperam de uma investigação do jornalismo. Em março de 2021, a título de exemplo, uma pesquisa apontou uma considerável queda na aprovação popular sobre o trabalho de Moro na Lava Jato (G1, 2021).

Por outro lado, faz-nos lembrar que, para fazer isso, um esforço extra foi necessário. Como vimos, a série não só abarcou reportagens, como também foi composta de editoriais, espécies de manuais de apuração, argumentações de defesa, anúncios oficiais de parcerias, etc. A certo custo, o *TIB* pôde arcar com estruturas financeira e de pessoal necessárias ao volume de trabalho exigido. E não seria certo recomendarmos a mesma prática indiscriminadamente para todos os veículos na imprensa do Brasil, sejam pequenos ou grandes, considerando as diferentes realidades nas quais cada um está inserido.

Evidente que o conceito de transparência jornalística/editorial que escolhemos para embasar este estudo é insuficiente para compreender a profundidade desse princípio e como seu uso pode ser melhor aplicado no jornalismo ou fora dele, com intenções positivas tais como a de contribuir com a cidadania, a civilidade, o fortalecimento e o surgimento de direitos fundamentais, entre outros. Ele carece de olhares mais amplos e diversos. Da mesma forma, evitamos entrar na caixa da *media accountability* para não nos perdermos do nosso foco. Mas, consideramos que a transparência se fortalece e muito quando em parceria com o que esse termo representa (medidas como a figura do *ombudsman*, representante do público dentro do veículo).

No cenário desolador da desinformação sem controle – e sem luz no fim do túnel que dê alento claramente visível – a transparência pode levar o jornalismo a marchar para frente na linha de combate. Por que não, então, aplicar transparência em tudo no jornalismo? Do fato narrado sob prismas diferentes, passaria-se a incluir um “diário” sobre como cada notícia foi construída, tratada, distribuída. Mas, isso não daria mais

munição aos discípulos da desinformação, visto que ela já aprendeu a copiar as técnicas e aparências das notícias?

Há de se levar em consideração, também, outros malefícios do uso indevido fruto da manipulação para fins outros que não os citados acima ou a eles correlatos. Quando um veículo ou profissional da imprensa decide pela abertura de suas rotinas à sociedade é provocado por uma intenção. O que se quer, no fim das contas, é que se acredite na história reportada sem grandes dúvidas. Em algumas situações mais do que noutras, a credibilidade desejada pode estar encobrindo objetivos escusos.

Não temos a pretensão, aqui, de entregar respostas para essas e outras inquietações. As reflexões compartilhadas podem ser combustível para outras investigações sobre o tema. Igualmente, não nos acompanhou no percurso deste trabalho a ilusão de apontar a transparência como saída inequívoca para as crises do jornalismo aqui ou em qualquer parte do mundo.

A “#VazaJato” deixou-nos a forte impressão de que, sempre que questionada uma cobertura, o jornalismo pode se socorrer dos indicadores de transparência a fim de que possa anular ilações irresponsáveis que enfraquecem o direito do cidadão de conhecer fatos relevantes, bem como para fortalecer uma profissão tão necessária à democracia. As crises sobre as quais tratamos aqui não estão superadas, mas, temos a obrigação de testar a transparência como uma substância fundamental no desenvolvimento de antídotos para elas.

REFERÊNCIAS

A CRISE DO JORNALISMO É MULTIDIMENSIONAL, DINÂMICA E COMPLEXA. **Observatório da Imprensa**, 2019, s/l. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/entrevista/a-crise-do-jornalismo-e-multidimensional-dinamica-e-complexa/> . Acesso em: 13 dez. 2021.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

AUDI, Amanda. **Entrevista: “A imprensa ‘comprava’ tudo”. Assessora de Sérgio Moro por seis anos fala sobre a Lava Jato**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/29/lava-jato-imprensa-entrevista-assessora/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

AUDI, Amanda; DEMORI, Leandro; MARTINS, Rafael Moro. **‘Isso é um pepino pra mim’**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/26/deltan-dallagnol-palestra-empresa-investigada-lava-jato/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERGER, Christa. **Em torno do discurso jornalístico**. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José (org.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRENOL, Marlise Viegas. **A transparência como conduta para o jornalista**. *Movendo Ideias*, v. 25, n. 2, p. 05-12, 2020.

CHADHA, Kalyani; KOLISKA, Michael. **Newsrooms and transparency in the digital age**. *Journalism Practice*, v. 9, n. 2, p. 215-229, 2015.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** *Estação das Letras e Cores* Edi, 2019.

_____. **O que pensam os jornalistas brasileiros sobre a transparência das suas práticas?** *Revista FAMECOS*, v. 28, n. 1, p. e40656-e40656, 2021.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; BECKER, Denise. **O que dizem normas internas e editorial guidelines da Globo e da EBC sobre transparência jornalística?** *Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, n. 13, p. 141-154, 2021.

_____. **Retos para la adopción de la transparencia en la agenda de ética periodística en América Latina.** Sintaxis, v. 1, p. 1-20, 2020.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; LAUX, Ana Paula França. **Confiabilidade, credibilidade e reputação: no jornalismo e na blogosfera.** Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 31, n. 1, p. 29-50, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; VILLEGAS, Juan Carlos Suárez; VEGAS, Xavier Ramon. **Accountability e transparência na mídia: o exemplo da Espanha para os países lusófonos.** Mediapolis-Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, n. 9, p. 89-100, 2019.

CNN Brasil. **LAVA JATO deixa de existir no Paraná e passa a integrar Gaeco, diz MPF.** CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lava-jato-deixa-de-existir-no-parana-e-passa-a-integrar-gaeco-diz-mpf/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

COSTA, Caio Túlio. **Um modelo de negócio para o jornalismo digital.** Revista de Jornalismo ESPM, v. 9, p. 51-115, 2014.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.** Rev. Adm. Pública [online]. 2012, vol.46, n.1, pp.153-176. ISSN 0034-7612.

DA COSTA, Rubens Silva Filho; SILVA, Leila Morás; LUCE, Bruno. **Impacto da pós-verdade em fontes de informação para a saúde.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 13, p. 271-287, 2017.

DA ROSA, Guilherme Carvalho; BRONOSKY, Marcelo. **Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital.** Pauta Geral, v. 4, n. 1, p. 21-29, 2017.

DALMONTE, Edson Fernando. **Webjornalismo e o fazer-refazer jornalístico.** In: Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

DE CARVALHO, Mariana Oliveira. **Princípio da transparência no novo direito administrativo.** Revista Controle-Doutrina e Artigos, v. 13, n. 1, p. 108-124, 2015.

DE CASTRO, Davi. **Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos.** Intexto, n. 31, p. 197-214, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/46390/32217> . Acesso em: 1º mar. 2022.

DE LIMA, Venício A. **O velho (novo) paradigma faz 61 anos.** Observatório da Imprensa, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-velho-novo-paradigma-faz-61-anos/> . Acesso em: 06 jan. 2022.

DEMORI, Leandro. **Um ano de Vaza Jato: quais foram os impactos das reportagens um ano após a publicação do primeiro texto?**. The Intercept Brasil, 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/09/vaza-jato-um-ano/> . Acesso em: 1º abr. 2022.

DEMORI, Leandro; FISHMAN, Andrew; AUDI, Amanda. **“Caraaaaaca”**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/07/lava-jato-vazamento-delacao-venezuela/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

DEMORI, Leandro; GREENWALD, Glenn. **A quem interessa a narrativa dos ‘hackers criminosos’ na #VazaJato**. [S. l.]: The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/17/hackers-criminosos-vazajato-sergio-moro/> . Acesso em: 19 jul. 2022.

_____. **Anunciamos nossa parceria jornalística com a Folha no arquivo da Vaza Jato – e as impropriedades reveladas na primeira reportagem conjunta com o jornal**. [S. l.]: The Intercept Brasil, 2019a. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/23/intercept-folha-vaza-jato-moro-lava-jato/> . Acesso em: 19 jul. 2022.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **O que o jornalismo está se tornando**. Parágrafo, v. 4, n. 2, p. 06-21, 2016.

DNUCCI, Aldo; JULIEN, Alfredo. **O Encheirídion de Epicteto: edição bilíngue**. São Cristóvão: EdiUFS, 2012.

DOS SANTOS, Hamilton. **Contra a transparência**. O Globo. [s.l.]: 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/cidadao-global/contra-transparencia-24103282> . Acesso em: 14 jan. 2022.

DUARTE, Letícia. **Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

EL PAÍS. **Força tarefa da Lava Jato reclama de ataques cibernéticos sofridos desde abril**. El País. São Paulo: 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/politica/1560214511_866928.html . Acesso em: 28 mar. 2022.

FAUSTO NETO, Antônio. **Transformações do jornalismo na sociedade em vias de midiatização**. Interfaces jornalísticas: ambientes, tecnologias e linguagens. Editora da UFPB, João Pessoa, 2011.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia (orgs.). **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas**. São Paulo : ECA-USP : Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

FILGUEIRAS, Isabel. **O bom jornalismo contra a desinformação**. In: *Jornalismo em tempos de pós-verdade*. RIBEIRO, Regina (org). E-book (107 p.). Fortaleza: Dummar, 2018.

FONSECA, Bruno. **O que é fact-checking?** A Pública: [s.l.], 2017. Disponível em: <https://apublica.org/cheragem/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/> . Acesso em: 13 jan. 2022.

FREITAS, Ásafe Bueno. **A Vaza Jato e o jornalismo investigativo.** 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211969/001115889.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 15 mar. 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Percepções e estratégias relacionadas ao “viés de confirmação” por pesquisadores no processo de busca e uso da informação.** 2020.

GIUSTI, Tânia. **The Intercept Brasil: jornalismo de impacto e postura inovadora de repórteres elevam credibilidade do site.** [S. l.]: objETHOS, 2019. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2019/09/23/the-intercept-brasil-jornalismo-de-impacto-e-postura-inovadora-de-reporteres-elevam-credibilidade-do-site/> . Acesso em: 19 jul. 2022.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. **Novos desafios para a ideia de transparência pública.** In: E-Compós. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325406754_Novos_desafios_para_a_ideia_de_transparencia_publica . Acesso em: 14 jan. 2021.

GREENWALD, Glenn. **Bem-vindo ao The Intercept Brasil.** The Intercept Brasil, 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/> . Acesso em: 15 mar. 2022.

GREENWALD, Glenn; MARTINS, Rafael Moro; DEMORI, Leandro; POUGY, Victor. **‘Moro viola sempre o sistema acusatório’.** The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/29/chats-violacoes-moro-credibilidade-bolsonaro/> . Acesso em: 07 fev. 2022.

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. **A reação do governo Bolsonaro contra a Vaza Jato mostra por que nossas reportagens sobre o arquivo secreto são tão vitais.** The Intercept Brasil, 2019a. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/28/reacao-bolsonaro-vaza-jato-reportagens-vitais/> . Acesso em: 24 mar. 2022.

_____. **Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro.** The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/> . Acesso em: 24 mar. 2022.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Transparência editorial: a credibilidade jornalística à luz dos sistemas de gestão da qualidade.** Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 11, n. 20, 2014.

G1. **Datafolha: aprovação ao trabalho de Moro na Lava Jato cai de 65% para 45% em cinco anos.** [S. l.]: G1, 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/22/datafolha-aprovacao-trabalho-moro.ghtml> . Acesso em: 19 jul. 2022

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Márcia. **Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem**. Estudos em jornalismo e mídia, v. 14, n. 1, p. 51-62, 2017.

_____. **O jornalismo como crença verdadeira justificada**. Brazilian journalism research, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015.

LONDRES, Mariana. **Ministro Sérgio Moro tem celular invadido por hacker**. Brasília: R7, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/ministro-sergio-moro-tem-celular-invadido-por-hacker-05062019> . Acesso em: 28 mar. 2022.

LORENZ, Mirko. **Personalização: Análise aos 6 graus**. In: João Canavilhas (org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

MACEDO, Marcelo Hernandez; ALVES, Andrea Moraes. **Reforma administrativa: o caso do Reino Unido**. Revista do Serviço Público, v. 48, n. 3, p. 62-83, 1997.

MADEIRA, Paulo Miguel. **Director do "Le Monde Diplomatique" diz que democracias vivem em "insegurança informacional"**. Público, 2004. Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/04/30/jornal/director-do-le-monde-diplomatique-diz-que-democracias-vivem-em-inseguranca-informacional-187607> . Acesso em: 20 dez. 2021.

MARTINS, Rafael Moro; AUDI, Amanda; DEMORI, Leandro; GREENWALD, Glenn; DIAS, Tatiana. **‘Tem alguma coisa mesmo séria do FHC?’**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/18/lava-jato-fingiu-investigar-fhc- apenas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidade-mas-moro-repreendeu-melindra-alguem-cujo-apoio-e-importante/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MARTINS, Rafael Moro; DE SANTI, Alexandre; GREENWALD, Glenn. **‘Não é muito tempo sem operação?’**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MARTINS, Rafael Moro; DEMORI, Leandro. **Como o Intercept Brasil confirma a identidade das pessoas que aparecem nos chats da #VazaJato**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/08/como-o-intercept-brasil-confirma-a-identidade-das-pessoas-que-aparecem-nos-chats-da-vazajato/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MARTINS, Rafael Moro; NEVES, Rafael. **‘seria facilmente eleito’**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/03/deltan-senado-candidato/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MAURICIO, Patrícia. **Crise no modelo de negócios do jornalismo: os casos da Infoglobo e The New York Times**. Eptic online: revista electronica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura, v. 20, n. 3, p. 41-58, 2018.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016.

MENEGHETTI, Gustavo. **Profissões e identidades profissionais: um estudo sobre teorias e conceitos nas ciências sociais e no serviço social**. UFSC: Florianópolis, 2009.

MONT’ALVERNE, Camila; MARQUES, F. P. J. A. **A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais**. Estudos Em Jornalismo e Mídia, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.

MPF. **Entenda o caso**. MPF. [S. l.], 2014?. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso> . Acesso em: 03 fev. 2022.

NETO, Guilherme Guerreiro. **O jornalismo como instituição social**. In: Trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza. 2012.

NEVES, Rafael. **‘Foi passado em off’**. The Intercept Brasil, 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/08/10/lava-jato-mpf-descontrole-vazamento-inquerito-sigiloso-lula-pgr-pic/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

NEVES, Rafael; MARTINS, Rafael Moro Martins. **‘Vou te pedir pra ser laranja em outra coisa’**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/08/11/deltan-lava-jato-vempraru-lobby-stf/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

OLIVEIRA, Regiane. **‘Vaza Jato’, a investigação que obrigou a imprensa brasileira a se olhar no espelho**. São Paulo: El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-23/vaza-jato-a-investigacao-que-obrigou-a-imprensa-brasileira-se-olhar-no-espelho.html> . Acesso em: 1º abr. 2022.

OTOBONI, Jéssica; FREIRE, Diego. **Relembre todas as 79 fases da Operação Lava Jato, que chegou ao fim**. CNN Brasil: São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-Operação/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PATRÍCIO, Edgard; BATISTA, Raphaelle. **Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente**. Revista Extraprensa, v. 13, n. 2, p. 217-231, 2020.

PRASS, Marco Aurélio; FAUSTO NETO, Antonio. **Pensamento Comunicacional da Lava Jato: Fragmentos de Leitura do Juiz Sérgio Moro**. In: XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação–INTERCOM NACIONAL. 2017.

RANGEL, Monique Benati. **A construção da autoridade jornalística: onisciência e onipresença fundamentando o poder simbólico do jornalista**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2004.

RECUERO, Raquel. **Deu no twitter, alguém confirma? funções do jornalismo na era das redes sociais**. 9º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, p. 1-19, 2011. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/sbpjorrecuero.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SAIGG, Mahomed. **Hacker conta em depoimento como chegou a arquivos de Deltan Dallagnol e os repassou a Glenn Greenwald e diz que não recebeu dinheiro pelo material**. Brasília, G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/26/hacker-diz-em-depoimento-como-chegou-aos-arquivos-de-deltan-e-que-nao-recebeu-dinheiro-pelo-material.ghtml>. Acesso em: 1º abr. 2022.

SALAVERRÍA, Ramón. **Multimedialidade: Informar para cinco sentidos**. In: João Canavilhas (org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

SIFRY, Micah. **Wikileaks and the age of Transparency**. Berkeley: Counterpoint, 2011.

SOUZA, Flávia Clemente de. **A campanha que começa antes da campanha: a prisão de Lula e sua interferência na agenda pública no período das eleições presidenciais de 2018**. *Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 4, n. 2, p. 79-96, 2019.

SPONHOLZ, Liriam. **O método do jornalista**. *Comunicação & Educação*, v. 13, n. 2, p. 57-64, 2008.

THE INTERCEPT BRASIL. **Leia os diálogos de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/>. Acesso em 1º abr. 2022.

_____. **Perguntas frequentes sobre as doações para o Intercept Brasil**. [S. l.]: The Intercept Brasil, 2016?. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil-faq/>. Acesso em 1º abr. 2022.

THE TRUST PROJECT. **Projeto Credibilidade**. 2020. Notícias com credibilidade: todos achamos saber a diferença entre opinião, publicidade e notícias. Mas como podemos realmente distinguir? Disponível em: <https://www.credibilidade.org/>. Acesso em: 06 jan. 2021.

TV 247. **Joaquim de Carvalho entrevista o hacker Walter Delgatti**. YouTube, 16 fev. 2021. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=ElHe4PuEJJI&ab_channel=TV247. Acesso em: 1º abr. 2022.

VASCONCELLOS, Fernanda Cristine. **As crises do jornalismo no contexto digital brasileiro: um estudo sobre produção e imaginário**. Porto Alegre: PUCRS, 2021. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9483/2/FERNANDA_CRISTINE_VASCONCELLOS_TES.pdf . Acesso em: 14 dez. 2021.

VEJA. **Carta ao Leitor: Sobre princípios e valores**. Veja, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/carta-ao-leitor-sobre-principios-e-valores/> . Acesso em: 1º abr. 2022.

VENAGLIA, Guilherme. **Lula é preso: ex-presidente se entrega à Polícia Federal**. VEJA, 2018. Disponível em: <https://VEJA.abril.com.br/politica/lula-e-preso-ex-presidente-se-entrega-a-policia-federal/> . Acesso em: 04 fev. 2022.

WARDLE, Claire. **Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional. First Draft**. s.l.: 2020. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x76851 . Acesso em: 22 dez. 2021.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.

ZIOMEK, J. **Journalism, transparency and the public trust. A report of the eighth annual Aspen Institute Conference on Journalism and Society**. Washington, DC: The Aspen Institute, 2005.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro**. Coleção Governo e Políticas Públicas. Brasília: Enap, 2019.